UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO

CARLA SIMONE PEREIRA PEREIRA MENESES

A HISTÓRIA DA ESCOLA TÉCNICA DO COMÉRCIO NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS NA DÉCADA DE 1950

BAGÉ, RS
2025

CARLA SIMONE PEREIRA PEREIRA MENESES

A HISTÓRIA DA ESCOLA TÉCNICA DO COMÉRCIO NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS NA DÉCADA DE 1950

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGMAE) da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Orientador: Professor Dr. Alessandro Carvalho Bica

Coorientação: Profª Drª Simôni Costa Monteiro Gervasio

BAGÉ, RS

2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

M543h Meneses, Carla Simone Pereira Pereira
A história da escola técnica do comércio no município de Bagé/RS na década de 1950 / Carla Simone Pereira Pereira Meneses.
93 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM ENSINO, 2025.
"Orientação: Alessandro Carvalho Bica".

1. Ensino técnico comercial. 2. História da educação. 3. Instituição escolar. I. Título.

Carla Simone Pereira Pereira

A HISTÓRIA DA ESCOLA TÉCNICA DO COMÉRCIO NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS NA DÉCADA DE 1950

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Dissertação defendida e aprovada em: 22 de julho de 2025.

Banca examinadora:

_____

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica Orientadora (Unipampa)

_____

Prof.ª Dr.ª Simoni Costa Monteiro Gervásio Coorientadora (Unipampa)

_____

Prof.ª Dr.ª Gisele Belusso (UCS)

_____

Prof. Dr. Evandro Ricardo Guindani (Unipampa)

Assinado eletronicamente por **ALESSANDRO CARVALHO BICA**, **PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 24/07/2025, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

Assinado eletronicamente por **SIMONI COSTA MONTEIRO GERVASIO** , **PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR - SUBSTITUTO**, em 24/07/2025, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

Assinado eletronicamente por **EVANDRO RICARDO GUINDANI**, **PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 12/08/2025, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

Assinado eletronicamente por **Gisele Belusso**, **Usuário Externo**, em 21/08/2025, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1788872** e o código CRC **AF0A73FD**.

AGRADECIMENTO

A decisão de ingressar em um programa de mestrado foi um desejo acalentado e de forma trabalhosa executado, o que me deixa muito feliz e sinto tanta gratidão, a qual preciso externar.

Primeiramente, dedico tudo que tenho e sou ao meu criador, Deus, o mestre dos mestres.

Agradeço, também, o apoio do meu esposo Jorge André, pelas inúmeras vezes que assumiu o papel de pai e mãe para que eu pudesse me dedicar às minhas leituras e, de forma muito carinhosa e compreensiva, sempre me impulsionou para a conclusão deste sonho. Aos meus filhos Firmino e Martín eterna gratidão à força que me deram para seguir este caminho.

Sou grata aos meus pais, que mesmo não estando aqui fisicamente foram e sempre serão o motivo de procurar a excelência por meio do estudo e comprometimento. Ao meu pai, homem humilde de pouco grau de instrução, mas de uma integridade e honestidade imensa. Minha mãe, mulher negra potente que criou duas filhas para interagir em qualquer meio social de forma a lutar sempre pela igualdade e obtenção de seus direitos e execução dos deveres.

A minha irmã, que divide essa conquista comigo desde que ingressei no mestrado, tem sido meu porto seguro e grande incentivadora em cada etapa deste processo.

Meus agradecimentos ao professor Alessandro Bica, que me orientou mesmo sabendo das minhas dificuldades de tempo e limitação na parte da escrita desta dissertação. Meu obrigada à minha Coorientadora professora Simôni Costa Monteiro Gervasio, que para mim foi um presente enviado por Deus, a qual compartilhou passo a passo da escrita desta dissertação e me incentivou a prosseguir até a finalização.

Por fim, agradeço ao privilégio de ter sido instruída por tantos professores que, de forma tão generosa, compartilharam seus conhecimentos e o faço na pessoa da Coordenadora do curso de Pós-graduação da Universidade Federal do Pampa, Professora Dra. Valesca Brasil Irala, que sempre humanizou e estreitou os laços entre coordenação e discentes.

“É na força irradiadora da escola que o Brasil conseguirá o predomínio das grandes nações civilizadas do continente americano. É dos bancos das escolas que sairão os homens e as mulheres que, - em um futuro bem próximo, - estabelecerão os ciclos de uma nova civilização que propagará a grandeza indiscutível da nossa raça e da nossa terra.”

Antenor Gonçalves Pereira

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender, sob as perspectivas educacionais, sociais e políticas, o processo de constituição da atual Escola Técnica do Comércio Antenor Gonçalves Pereira , cuja origem remonta à década de 1950. A investigação adotou uma abordagem documental, de caráter descritivo e qualitativo, com a análise de fontes históricas disponíveis no arquivo público do município de Bagé/RS, na coleção de edições do jornal Correio do Sul, no período da década de 1950. A pesquisa buscou identificar as motivações e demandas sociais que impulsionaram a criação da escola, os atores políticos envolvidos no processo e o impacto desse movimento para a história da educação no município de Bagé. Os resultados obtidos evidenciam a importância histórica e educacional da instituição, destacando a expressiva mobilização da sociedade bajeense e a decisiva iniciativa do então idealizador, vereador Antenor Gonçalves Pereira, cuja atuação foi fundamental para o concretização da escola e a expansão do ensino técnico na região. A Escola Técnica configurou-se como a instituição que daria segmento no ensino técnico comercial na cidade de Bagé . Além de remontar e analisar esse marco educacional, o presente trabalho aponta caminhos para futuras investigações, especialmente no que diz respeito à expansão do ensino técnico nos anos seguintes na região.

Palavras-chave: Instituição escolar. História da educação. Ensino técnico comercial.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo comprender, desde las perspectivas educativas, sociales y políticas, el proceso de constitución de la actual Escuela Técnica de Comercio Antenor Gonçalves Pereira, cuya origen se remonta a la década de 1950. La investigación adoptó un enfoque documental, de carácter descriptivo y cualitativo, con el análisis de fuentes históricas disponibles en el archivo público del municipio de Bagé/RS y en la colección de ediciones del periódico Correio do Sul, correspondientes al período de la década de 1950. La investigación buscó identificar las motivaciones y demandas sociales que impulsaron la creación de la escuela, los actores políticos involucrados en el proceso y el impacto de este movimiento en la historia de la educación en el municipio de Bagé.Los resultados obtenidos evidencian la importancia histórica y educativa de la institución, destacando la significativa movilización de la sociedad de Bagé y la decisiva iniciativa del entonces concejal y promotor del proyecto, Antenor Gonçalves Pereira, cuya actuación fue fundamental para la concreción de la escuela y la expansión de la educación técnica en la región. La Escuela Técnica se configuró como la institución destinada a dar continuidad a la enseñanza técnica comercial en la ciudad de Bagé.

Palabras clave: Institución educativa. Historia de la educación. Escola tecnica comercial.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Quadro de fotos da Primeira turma do curso de Contabilidade ... 16
FIGURA 2 - Quadro com a foto de Antenor Gonçalves Pereira..... 16
FIGURA 3 - Mapa do Rio Grande do Sul com o município de Bagé em destaque..... 52
FIGURA 4 - Castelinho – Pedras Altas 54
FIGURA 5 - Palacete Pedro Osório - Bagé 54
FIGURA 6 - Catedral de São Sebastião – Bagé 54
FIGURA 7 - Antenor Gonçalves Pereira..... 58
FIGURA 8 - Reprodução do jornal Correio do Sul 62
FIGURA 9 - Notícias sobre o acidente que vitimou Antenor Gonçalves Pereira 62
FIGURA 10 - Foto do avião Curtiss C-46 prefixo PP-VCF em 1957 63
FIGURA 11 - Destroços da aeronave Curtiss C-46 63
FIGURA 12 - Acidente aéreo que vitimou Antenor Gonçalves Pereira 64
FIGURA 13 - Imagem da expectativa em torno da Escola técnica do comércio 66
FIGURA 14 - Primeira reunião dos primeiros docentes..... 67
FIGURA 15 - Reunião docente de planejamento..... 68
FIGURA 16 - Reportagem sobre a fundação da GETECO 69
FIGURA 17 - Convite para o evento de inauguração..... 70
FIGURA 18 - Evento de inauguração..... 71
FIGURA 19 - Anúncio dos serviços advocatícios de Antenor Gonçalves Pereira 72
FIGURA 20 - Proposição enviada à Câmara de Vereadores de Bagé/RS 74
FIGURA 21 - Anúncio sobre o período de matrículas da escola 76
FIGURA 22 - Certificado de aprovação em exame de admissão, com provável data de 14 de janeiro de 1953 76
FIGURA 23 - Anúncio à comunidade a respeito da Escola Técnica do Comércio 77
FIGURA 24 - Frente do diploma da Escola Técnica do Comércio Antenor Gonçalves 78
FIGURA 25 - Verso do diploma da Escola Técnica do Comércio Antenor Gonçalves Pereira 78

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Trabalhos encontrados a partir do descritor “ENSINO TÉCNICO COMERCIAL” 19

QUADRO 2 - Resultados da pesquisa de revisão de literatura com o descritor Instituições escolares 25

QUADRO 3 - Resultados da pesquisa de revisão de literatura com o descritor História da Educação 29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12

1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOÓGICO 18
1.1 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA 18
1.2 CONCEITOS ESSENCIAIS 31
1.2.1 A historicidade das instituições escolares 31
1.2.2 O ensino técnico no Brasil 34
1.2.3 O ensino técnico no Rio Grande do Sul 43
1.3 METODOLOGIA 48

2 DELIMITAÇÃO E CONTEXTO 51
2.1 BAGÉ – A CIDADE DA EDUCAÇÃO 51
2.2 ANTENOR GONÇALVES PEREIRA - UMA FIGURA DE SEU TEMPO 58

3 A ESCOLA IDEALIZADA 65
3.1 A INSTITUIÇÃO ESCOLAR DE ENSINO TÉCNICO COMERCIAL DE BAGÉ 65
3.2 AS FONTES - OLHARES SOBRE A ESCOLA DE ENSINO TÉCNICO COMERCIAL DE BAGÉ 74

CONSIDERAÇÕES FINAIS 83

REFERÊNCIAS 87

INTRODUÇÃO

O ensino técnico profissionalizante tem raízes históricas profundas e varia de acordo com as culturas e contextos locais, regionais e nacionais. No entanto, podemos traçar algumas origens e evoluções gerais desse tipo de educação ao redor do mundo. A ideia de ensino profissionalizante, ou seja, de pensarmos a educação voltada especificamente para preparar os indivíduos para profissões específicas, tem suas raízes em diversas civilizações antigas e contextos históricos. Embora as formas e métodos possam variar, o conceito subjacente de treinar pessoas em habilidades práticas e técnicas tem sido uma característica dessa modalidade de ensino ao longo da história (Bresser-Pereira, 2011).

O que é possível perceber, já nessa primeira afirmação, é a diferença de ensino profissionalizante e ensino técnico. De forma geral, a diferença se dá em decorrência do nível de formação, duração e objetivo dos cursos. Enquanto o ensino profissionalizante busca a qualificação rápida para o mercado de trabalho, formação inicial ou complementar, sem exigência de escolaridade específica, tendo por característica a curta duração, no desenvolvimento de habilidades práticas para funções específicas, como cabeleireiro, eletricista, cozinheiro, etc., o ensino técnico opera na chave da formação mais completa e aprofundada em uma área específica, exigindo, por exemplo, algum nível de escolarização específica compatível com o curso técnico, geralmente, ensino médio técnico ou pós-médio (para quem já concluiu o ensino médio) (Feres, 2012).

Pensando nessa trajetória do ensino técnico, avalia-se ser possível encontrarindícios importantes para compreensão das circunstâncias contextuais para as proposições de curso e de ensino na Escola Técnica de Comércio de Bagé[1], desde sua fundação, até seu processo de desenvolvimento, repercutindo na organização local da cidade de Bagé. Portanto, a pesquisa parte de levantamento bibliográfico, de modo a possibilitar fundamentação teórica consistente, garantindo a imersão segura na investigação em campo, que se efetivou por meio da análise documental no arquivo público da cidade de Bagé RS, com o Jornal Correio do Sul[2], históricos escolares de

[1] Popularmente a escola é chamada de Geteco, podendo neste trabalho aparecer das duas formas.
[2] O Jornal Correio do Sul foi um jornal diário brasileiro, editado na cidade de Bagé/RS, que circulou de 1914 até 2008. A coleção das suas edições está disponível no acervo físico do Arquivo Público da cidade de Bagé/RS.

alunos, termos de matrícula, diplomas, entre outros.

Como referência bibliográfica fundamental dentro do tema das instituições escolares, a forma e cultura escolar, orientamo-nos por Gaudêncio Frigotto (2010), José Carlos Libâneo (2012), Paolo Nosella (2009), Antônio Nóvoa (2005) e Demerval Saviani (2006), concernente aos estudos gerais da escola e sua forma e cultura, a Viñao Frago (2006), Diana Vidal (2005) e Rita de Cássia Galego (2008; 2011). Sobre o ensino técnico, orienta-se por autores como Lenir Antônio Hannecker (2014), Lélia Moraes (2020), Gisele Novelli (2006) e Diana Pegorini (2018).

Essa contextualização do ensino técnico no Brasil foi articulada com a explanação acerca da forma e cultura escolar na contemporaneidade, dando foco aos seus aspectos dominantes de caráter burguês. Isso significa que, nessa parte da argumentação, destacam-se os processos de hierarquização internos à escola, mas especialmente à hierarquização externa que esse modelo de escola legitima. Isso porque, a partir dessa estrutura hierarquizada e hierarquizante da escola, é possível identificar fatores decisivos na implementação e desenvolvimento do ensino técnico, referindo-se a sua organização particular e intencionalidades gerais.

Após essa primeira contextualização da educação formal regular no país, parte-se de princípios fundamentais educacionais de ensino e aprendizagens, para se pensar a contextualização do ensino profissionalizante como base do ensino técnico, para, em seguida, fundamentar o ensino técnico.

Considerando a relevância do ensino técnico no Brasil para o desenvolvimento de certas localidades, como aconteceu com a Escola Técnica do Comércio de Bagé, deve-se pontuar que, em diferentes localidades, essa não é uma realidade, em que algumas formações técnicas não acompanham a evolução do setor produtivo, resultando em desatualização curricular e dificuldade na criação de parcerias com empresas para estágios e inserção profissional. Esse é um aspecto importante de ser pontuado, haja vista que a Escola Geteco, mesmo tendo como curso inicial a contabilidade, também conseguiu, na medida de seu desenvolvimento, acompanhar e atender as demandas das localidades e da região. Parece-nos essencial considerar tal aspecto para compreender as formas de organização e desenvolvimento da escola para a sua ratificação regional, o que nos leva a possíveis inferências e correlações sobre o sistema de ensino técnico no Brasil.

Seguindo nessa mesma direção, outro aspecto que norteia nossa investigação é o acesso ao ensino técnico, no sentido de refletir criticamente sobre

para quais setores da sociedade o ensino técnico foi criado e quais as suas intencionalidades.

Com frequência, estudantes enfrentam dificuldades de acesso a cursos técnicos devido à localização das escolas e à falta de transporte público. Em decorrência disso, há alta taxa de evasão escolar, muitas vezes causada por dificuldades financeiras ou pela necessidade de trabalhar (Pegorini, 2018).

Esse aspecto também será abordado nas análises sobre a escola Geteco, sendo pontuada a relação dela com o público do entorno, especialmente sabendo que havia uma faculdade de contabilidade na cidade de Bagé/RS[3]. Portanto, uma das reflexões possíveis, para quem se destinava a escola técnica e para quem se destinava a faculdade. Isso nos remete diretamente à investigação acerca das demandas da região e às intencionalidades do sistema educacional regional como um todo.

A partir dessa articulação conjuntural, constituem-se algumas indagações que podem ser expressas pela seguinte pergunta norteadora da pesquisa: ***como se deu o processo de criação da Escola Técnica do Comércio de Bagé - Dr. Antenor Gonçalves Pereira na década de 1950, no município de Bagé/RS?***

Como caminho para se refletir sobre essa questão, é possível chegar a alguns objetivos de pesquisa. O objetivo central é *analisar a história da instituição escolar técnica e suas interlocuções com o ensino técnico na cidade de Bagé, na década de 1950, de modo a identificar os princípios de criação, funcionamento e de ensino da Escola Técnica do Comércio Antenor Gonçalves Pereira.*

Subsidiariamente, buscando estabelecer a articulação entre objetivo

geral e a pergunta de pesquisa, pode-se pensar em alguns objetivos específicos:

Caracterizar os princípios da Educação técnica Brasil;

1. Correlacionar os princípios da educação técnica brasileira com as concepções de funcionamento da escola Geteco;

2. Explicar como se deu o processo de criação da Escola Geteco;

[3] A Faculdade de Ciências Econômicas foi autorizada a funcionar na cidade de Bagé pelo Decreto-Lei nº37.109, de 31 de março de 1955, do Governo Federal conforme informações do Jornal Correio do Sul de 06/01/1957.

Justifica-se a presente pesquisa e o tema em questão, pois entende-se ser importante aprofundar-se mais na história das instituições escolares, tendo como intuito um entendimento minucioso a despeito de como são constituídas, especificamente no nosso caso, os contextos e circunstâncias de implementação e desenvolvimento do ensino técnico. A escolha da história do ensino técnico, para o presente trabalho, deu-se por ser uma das primeiras escolas técnicas da cidade de Bagé/RS nos anos 50; desse modo, torna-se relevante entender sua importância na organização e transformação da comunidade local.

Importante também destacar que o presente estudo propõe-se a investigar um segmento da História da Educação cada vez mais relevante para os historiadores: a historicidade das instituições escolares. Essa abordagem desempenha um papel fundamental na reconstrução da dinâmica entre o espaço físico e a comunidade que o permeia, permitindo uma compreensão aprofundada das interações e transformações históricas.

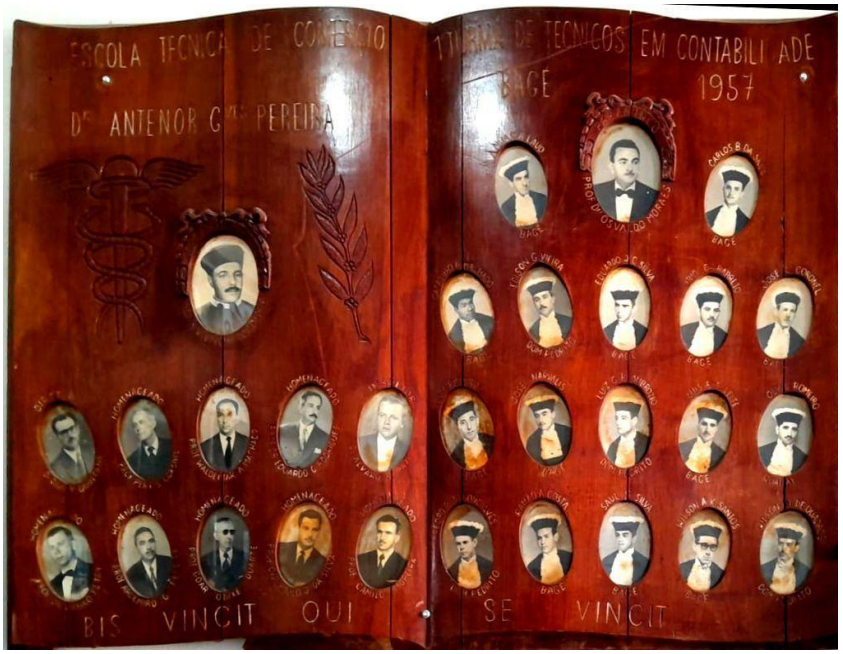
Nesse sentido, buscando a justificativa da presente pesquisa, aprofunda-se na história das instituições escolares, tendo como intuito um entendimento minucioso a despeito de como são constituídas, para assim chegar ao formato em que se constituíram as escolas técnicas no contexto brasileiro. Ou seja, parte-se da análise da instituição escolar formal, articulando com as demandas socioeconômicas, o que remete à criação das escolas técnicas. Avalia-se ser essencial compreender esse processo, para que seja possível refletir criticamente sobre esse modelo de ensino.

Tendo em vista que o objeto de estudo deste trabalho surgiu do interesse pelo ensino técnico e pela trajetória histórica da Escola Técnica do Comércio Antenor Gonçalves Pereira, a coordenação municipal, ciente dessa investigação, estendeu-me o convite para atuar como docente da disciplina de História na referida instituição no ano de 2024.

Enfim, eu respirava a história do meu objeto de pesquisa. No hall de entrada da escola, encontramos ainda hoje dois quadros, um com fotos de Antenor Gonçalves Pereira (patrono e idealizador da escola), e de professores e primeira turma de alunos do ano de 1957. Nas imagens abaixo, é possível ver os dois quadros que estão expostos no hall da escola.

A figura abaixo apresenta a primeira turma de formandos do curso técnico de contabilidade e seus professores

Figura 1: Quadro de fotos da Primeira turma do curso de Contabilidade.



Fonte: Escola Técnica do Comércio Antenor Gonçalves Pereira (2025).

A próxima figura trata-se da foto do idealizador da Escola Técnica do Comércio Antenor Gonçalves Pereira.

Figura 2: Quadro com a foto de Antenor Gonçalves Pereira

Fonte: Escola Técnica do Comércio Antenor Gonçalves Pereira (2025).

Atualmente, o hino da escola ecoa em cerimoniais (hora cívica, aniversário da escola e nas atividades desportivas) e vem à tona toda a história da luta e concretização de um feito que deu e ainda dá muitos frutos.

Destarte, a metodologia de investigação se orienta majoritariamente pela pesquisa documental a partir de uma abordagem qualitativa-descritiva, a partir de princípios indutivos, o que veremos de forma mais detalhada no item 2.3 Metodologia.

Finalmente, apresenta-se a organização do trabalho: após a introdução, tem-se o segundo capítulo com o referencial teórico-metodológico, incluindo revisão sistemática da literatura, os conceitos essenciais e a metodologia da pesquisa. O terceiro capítulo trata da contextualização do contexto histórico da pesquisa. No quarto capítulo, são discutidos os dados coletados para a pesquisa em articulação com os conceitos teóricos. No quinto capítulo, traçam-se algumas relações possíveis a partir dos documentos da escola. Finalmente, temos as considerações finais e as referências do trabalho.

1 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Nesta sessão serão abordadas as conceituações teórica e metodológica necessárias para a compreensão e articulação dos dados da pesquisa. Parte-se dos resultados obtidos com a pesquisa do tipo Revisão Sistemática de Literatura, como uma forma de apontar as produções acadêmicas de outros pesquisadores que contribuem com a área e que passam a servir de subsídio teórico nesta pesquisa também. A seguir, serão discutidos alguns conceitos compreendidos como essenciais para a leitura da pesquisa, partindo da historicidade das instituições escolares no Brasil até chegar à constituição do ensino técnico no Rio Grande do Sul. Por fim, apresentam-se as questões metodológicas empregadas na pesquisa. Esse desenho teórico visa facilitar a leitura e fornecer subsídios teóricos para a compreensão da pesquisa proposta.

1.1 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

A revisão sistemática da literatura configura-se como uma metodologia de investigação científica que tem por finalidade identificar, avaliar e sintetizar, de maneira rigorosa e reprodutível, os estudos relevantes acerca de uma questão de pesquisa específica. Diferentemente das revisões narrativas ou tradicionais, as revisões sistemáticas seguem um protocolo previamente estabelecido, com critérios explícitos de inclusão e exclusão, visando minimizar possíveis vieses por meio de uma abordagem transparente e reaplicável.

No levantamento bibliográfico no Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a partir da palavra-chave “Ensino Técnico Comercial”, estabelecendo por critério serem artigos de produção nacional dos últimos cinco anos, revisados por pares e em português, foram identificados 129 trabalhos. Assim, estabeleceu-se como critério de seleção aqueles apresentados como de maior relevância, aparecendo nas duas primeiras páginas da base de dados, sendo selecionados um artigo, duas dissertações e uma tese apresentados no quadro abaixo.

QUADRO 1: Trabalhos encontrados a partir do descritor "ENSINO TÉCNICO COMERCIAL".

Título	Autor	Ano	Gênero
Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica	Ivam Ricardo Peleias, Glauco Peres da Silva, João Bosco Segreti, Amanda Risso Chirotto.	2007	Artigo
A gênese de um espaço profissional: a escola técnica de comércio do colégio Farroupilha de Porto Alegre/rs (1950-1983)	Eduardo Cristiano Hass da Silva	2017	Dissertação
Escola técnica de comércio de itabaiana: a formação de Profissionais contabilistas (1967-1978)	José Paulo de Andrade	2014	Dissertação
MERCADORES, CAIXEIROS E CONTADORES: A formação de profissionais do comércio e o processo de consolidação do Ensino Técnico Comercial no Brasil (1931-1971)	Eduardo Cristiano Hass da Silva	2020	Tese

Fonte: Autora (2024)

O trabalho de Peleias et al. (2007) desenvolveu alguns conceitos, tais como: que o ensino comercial no Brasil, enquanto modalidade da educação profissional, possui raízes históricas que remontam ao início do século XX, fortemente marcado por interesses econômicos, sociais e políticos. Sua consolidação como uma vertente estrutural do sistema educacional brasileiro está intrinsecamente ligada à lógica da modernização capitalista e à construção de uma ordem social regulada por critérios produtivistas. A institucionalização do ensino comercial foi orientada por reformas estatais e interesses corporativos, que visavam formar quadros técnicos para atender às exigências da nascente economia urbano-industrial.

A partir do Estado Novo com Getúlio Vargas, o ensino comercial se expandiu nas décadas seguintes, impulsionado pela crescente demanda por serviços administrativos nos setores bancário, industrial e comercial. Contudo, como observam

Ciavatta, Frigotto e Ramos (2005), essa expansão ocorreu dentro de uma racionalidade instrumental, que subordinava os currículos às necessidades imediatas do capital, promovendo uma formação fragmentada, alicerçada na lógica das competências técnicas descontextualizadas.

As relações de poder nesse processo são evidentes. O ensino comercial foi utilizado como um mecanismo de organização social, no qual o Estado, em conluio com setores empresariais, determinava os contornos da formação profissional segundo os interesses de acumulação capitalista. Gramsci (2001) já alertava para o papel da escola como aparelho ideológico, no qual se produz o consenso em torno da hegemonia de classe. No caso do ensino comercial, essa função ideológica se expressava na naturalização da divisão técnica e social do trabalho.

A institucionalização do ensino comercial também refletia disputas internas no campo educacional. Enquanto intelectuais como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo defendiam uma educação integrada e formadora da cidadania, os tecnocratas e burocratas do Estado centralizavam políticas de profissionalização rápida e utilitária (Peleias *et al*., 2007).

No período pós-ditadura militar, com a promulgação da Constituição de 1988 e a posterior LDB nº 9.394/96, houve novas tentativas de reconfigurar a educação técnica, incluindo o ensino comercial. No entanto, a dualidade estrutural permaneceu. Como argumenta Frigotto (2018), o ensino comercial continuou subordinado a interesses mercantis e frequentemente desarticulado da formação omnilateral preconizada por teorias críticas da educação.

O trabalho de Eduardo Cristiano Hass da Silva (2017) inicia pontuando que o ensino comercial foi historicamente utilizado como instrumento de controle social. Através da formação técnica voltada para a empregabilidade, o Estado promovia uma forma de inserção das classes populares no mercado de trabalho sem, contudo, garantir mobilidade social real ou emancipação política. Ele cita que Gramsci (2001) já advertia para o papel da escola como aparelho ideológico do Estado, produzindo o consenso necessário à manutenção da hegemonia burguesa. Utiliza Frigotto (2018) para complementar essa análise, ao afirmar que a educação profissional, quando orientada por interesses mercantis, limita-se a reproduzir a lógica da acumulação capitalista, transformando o trabalhador em mero recurso produtivo. No caso do ensino comercial, essa crítica é particularmente pertinente, uma vez que sua estrutura curricular foi desenhada para responder às demandas empresariais de curto prazo.

Assim, Silva (2017) é categórico em afirmar que a trajetória do ensino comercial revela intensas disputas teóricas e políticas no campo educacional brasileiro. Intelectuais como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo defendiam uma escola pública laica, gratuita e voltada para a formação integral do cidadão. Em contrapartida, a lógica tecnocrática e produtivista prevaleceu nas políticas públicas, conduzidas por elites burocráticas que viam a educação apenas como meio de aumento da produtividade econômica

Ele cita que Ramos (2011) destaca que essa estrutura curricular visava formar técnicos rápidos e produtivos, que atendessem às necessidades de uma economia em crescimento, mas que não fossem estimulados a uma formação crítica e reflexiva. Assim, consolidou-se um modelo educacional dual: de um lado, o ensino técnico-comercial para os trabalhadores; de outro, a formação propedêutica para os filhos das elites.

Isso evidencia um projeto de ensino comercial historicamente utilizado como instrumento de controle social. Através da formação técnica voltada para a empregabilidade, o Estado promovia uma forma de inserção das classes populares no mercado de trabalho sem, contudo, garantir mobilidade social real ou emancipação política.

O autor cita Saviani (2007) e argumenta que essa disputa é parte constitutiva do processo de construção da educação brasileira. A dualidade estrutural do sistema educacional não é apenas reflexo da desigualdade social, mas também resultado de escolhas políticas e de projetos pedagógicos excludentes.

O quarto trabalho selecionado nesta revisão é de Andrade (2014), que desenvolve uma pesquisa sobre o ensino técnico comercial, mas da perspectiva da contabilidade e economia. Para esse autor, o ensino da Contabilidade no Brasil acompanhou os ciclos de desenvolvimento econômico, transformações institucionais e demandas empresariais desde o período colonial até os dias atuais.

Nas décadas de 1970 e 1980, com o advento do regime militar e a expansão do setor bancário, o ensino contábil passou a enfatizar aspectos mais técnicos e gerenciais. O autor utiliza Ludícibus (1998), para explicar que essa fase privilegiou a contabilidade financeira, com foco nos relatórios empresariais exigidos pelo mercado de capitais. Com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, novos desafios foram impostos à formação contábil, sobretudo no que diz respeito à transparência pública e à contabilidade governamental.

A adoção das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), em 2007, marcou um ponto de inflexão para os currículos dos cursos de Ciências Contábeis, impondo a necessidade de reformulações pedagógicas. A contabilidade passou a exigir competências analíticas, domínio da linguagem técnica global e conhecimento dos mercados financeiros internacionais (Santos; Pereira, 2012).

Assim, a evolução do ensino contábil brasileiro reflete as transformações macroeconômicas, a regulação institucional e os ciclos políticos. De uma formação rudimentar e prática, passou-se a uma abordagem tecnificada, com articulação entre contabilidade societária, fiscal, pública e internacional.

O autor conclui que a análise do processo de institucionalização do ensino comercial e, especificamente, da contabilidade no Brasil, evidencia a íntima articulação entre políticas educacionais, interesses econômicos e contextos políticos. A educação contábil foi moldada tanto pelas exigências do mercado quanto pelos projetos de Estado, oscilando entre a formação crítica e a formação técnica instrumental. O fortalecimento de uma abordagem crítica e interdisciplinar no ensino contábil é necessário para a formação de profissionais comprometidos com a ética, a transparência e a justiça social.

Finalmente Silva (2020), agora em sua tese de doutorado, pontua que a formação dos técnicos contabilistas no Rio Grande do Sul, entre 1950 e 1983, pode ser compreendida a partir do estudo da Escola Técnica de Comércio (ETC) do Colégio Farroupilha, em Porto Alegre. Esse período foi marcado por transformações significativas no perfil docente, nas práticas pedagógicas e nas redes de sociabilidade, refletindo as mudanças no cenário educacional e profissional da contabilidade no estado.

Contextualizando, a ETC foi fundada em 1950 como parte do Colégio Farroupilha, com o objetivo de oferecer formação técnica em contabilidade. Inicialmente, o curso tinha duração de três anos e funcionava no turno da noite, atendendo principalmente estudantes que buscavam inserção rápida no mercado de trabalho. Em 1962, o Colégio Farroupilha mudou-se para o bairro Três Figueiras, mas a ETC permaneceu no centro da cidade até 1972, tendo depois novo campus.

A pesquisa de Silva (2017) destaca dois momentos distintos na composição do corpo docente da ETC. Entre 1950 e 1972, os professores eram, em sua maioria, profissionais atuantes em suas áreas de formação, como advogados, contadores, economistas e engenheiros. Esses docentes traziam para a sala de aula uma

abordagem prática, alinhada às exigências do mercado contábil da época. A partir de 1972, com a implementação do Decreto-Lei nº 5.692/1971, que reformulou o ensino de segundo grau no Brasil, houve uma mudança no perfil dos professores, que passaram a ser predominantemente licenciados, com formação específica para o magistério, e sem atuação profissional paralela.

A análise prosopográfica realizada por Silva (2017) revelou a existência de redes de sociabilidade entre os docentes da ETC, caracterizadas por laços profissionais, de amizade e familiares. Essas redes desempenhavam um papel fundamental na manutenção do status da instituição e na inserção dos alunos no mercado de trabalho, por meio de indicações para empregos e participação em eventos sociais. Além disso, a presença de professores com atuação profissional externa contribuía para a atualização do conteúdo curricular e para a aproximação entre teoria e prática.

Esse panorama contribui para a compreensão do desenvolvimento do ensino técnico em contabilidade no Rio Grande do Sul e ressalta a relevância da ETC do Colégio Farroupilha como um espaço formador de profissionais e de práticas pedagógicas inovadoras para a época.

De volta ao trabalho de Andrade (2014), é importante citar a argumentação pela criação e implementação da Escola Técnica de Comércio de Itabaiana (ETCI), entre 1967 e 1978, que representam um marco significativo na formação de profissionais contabilistas em Sergipe. Esse período foi caracterizado por transformações educacionais e sociais que refletiram na estrutura e funcionamento da instituição, bem como nos impactos gerados na qualificação profissional da região.

A ETCI foi estabelecida em 1967, em um contexto de expansão do ensino técnico no Brasil, impulsionado pelas reformas educacionais da década de 1960. A instituição surgiu com o objetivo de atender à demanda crescente por profissionais qualificados na área contábil, especialmente em Itabaiana, município com forte atividade comercial. A criação da escola foi resultado de esforços conjuntos entre autoridades locais, educadores e a comunidade, visando proporcionar uma formação técnica de qualidade que possibilitasse a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Durante seu período de funcionamento, a ETCI ofereceu cursos técnicos em contabilidade, com uma grade curricular que combinava disciplinas teóricas e práticas, alinhadas às exigências do mercado. O corpo docente era composto por profissionais experientes, muitos dos quais atuavam simultaneamente no setor contábil, trazendo

para a sala de aula uma abordagem prática e atualizada. As metodologias de ensino adotadas enfatizavam a aplicação dos conhecimentos em situações reais, preparando os alunos para os desafios da profissão.

Segundo o autor, a ETCI desempenhou um papel crucial na formação de técnicos em contabilidade em Sergipe. Seus egressos encontraram oportunidades de emprego em diversas instituições públicas e privadas, contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico da região. Além disso, a escola fomentou a valorização da educação técnica como uma via legítima e eficaz para a ascensão social e profissional, influenciando positivamente a percepção da comunidade sobre o ensino profissionalizante.

Seguindo os mesmos critérios apontados anteriormente, agora em relação à palavra-chave “INSTITUIÇÕES ESCOLARES”, encontraram-se 4.934 artigos. Assim, estabeleceu-se como critério de seleção aqueles apresentados como de maior relevância, aparecendo nas duas primeiras páginas da base de dados, sendo selecionados seis artigos, apresentados no quadro abaixo.

QUADRO 2 - Resultados da pesquisa de revisão de literatura com o descritor Instituições escolares.

Título	Autor(es)	Ano	Gênero
Instituições escolares e história da educação brasileira	Wenceslau Gonçalves Neto, Carlos Henrique de Carvalho.	2020	Artigo
As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação.	Paolo Nosela, Ester Buffa	2008	Artigo
Promovendo a qualidade na educação: princípios e estratégias para instituições escolares.	Silvana Maria Aparecida Viana Santos, Ana Paula Santos Ribeiro, Claudia Kreuzberg da Silva, J. P. de Oliveira, Monique Bolonha das Neves Meroto, Rodi Narciso, Santina Aparecida Ferreira Mendes, Tássia Laine Ferreira Moura	2023	Artigo
Contribuições da cultura escolar e da fotografia para a construção da história das instituições escolares.	Rosiane Magalhães Lima, Reginaldo Leandro Plácido,	2022	Artigos
História das Instituições Escolares e Cultura escolar: mudanças e permanências nas práticas pedagógicas na escola estadual Professor Anísio Texeira (1974-2002).	Antônio Max Ferreira da Costa, José Mateus do Nascimento.	2024	Artigo

Fonte: Autora (2025).

Já selecionados os artigos do quadro acima e tendo os apreciado, é possível destacar no primeiro artigo, como questão principal:de quais formas seconstituiu a personagem de coordenação de cursos nas escolas técnicas estaduais de São Paulo? E com objetivo claro de fazer um histórico da coordenação de cursos de ensino médio e técnico nas Escolas Técnicas Estaduais [Etecs] de São Paulo, explorando aspectos relacionados à sua inserção e trajetória no âmbito de um sistema público de educação profissional – o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Esse trabalho relaciona-se com a presente pesquisa pelo fato de que demonstram que as fontes como foto podem ser um recurso para compreensão da história de uma instituição escolar.

No segundo artigo, a pergunta a ser respondida é: De quais formas a implementação de curso superior em contabilidade no Brasil influenciou as transformações no ensino técnico em contabilidade? Isso, tencionando tecer reflexões sobre as categorias epistemológicas “História das Instituições Escolares” e “Cultura Escolar”, assentadas na base bibliográfica dos estudos da Nova História Cultural, novamente trazendo a questão das “Instituições Escolares” apresentada neste trabalho.

E, no terceiro artigo deste quadro, tem-se como pergunta central: Como o conceito de gesto pedagógico colonial contribui para a formação de narrativas históricas educacionais? O objetivo deste estudo é proporcionar o alargamento da concepção de narrativa histórica educacional, nesse caso, do Brasil Colônia, especialmente na transição entre os séculos XVII e XVIII em torno do conceito de gesto pedagógico colonial. E aproxima-se da pesquisa, aqui, da fundamentação para a narrativa histórica educacional.

No trabalho de Antônio Max Ferreira da Costa, José Mateus do Nascimento (2024), a História das Instituições Escolares tem se consolidado como um campo relevante dentro da historiografia da educação, contribuindo para a compreensão do papel da escola como espaço social e cultural dinâmico. Ao investigarmos a trajetória das instituições escolares, deparamo-nos com um rico conjunto de práticas, valores, normas e representações que constituem a chamada *cultura escolar*, um conceito que ultrapassa os limites da sala de aula para abranger o modo como o saber é organizado, transmitido e internalizado por diferentes sujeitos ao longo do tempo.

A cultura escolar, conforme Julia (2001), pode ser entendida como um “conjunto de normas, saberes, práticas, comportamentos e valores que se formam no

interior das instituições escolares e que são transmitidos de geração em geração, ainda que em constante transformação". Nessa perspectiva, estudar a história das práticas pedagógicas implica compreender tanto os elementos de permanência quanto as mudanças que atravessam a organização da escola e a função social que ela desempenha.

Segundo o autor, durante o século XX, por exemplo, diversas reformas curriculares buscaram alinhar o ensino às necessidades de modernização da sociedade. No entanto, como destacam Chervel (1990) e Viñao Frago (1995), as mudanças formais nem sempre significaram rupturas reais nas práticas pedagógicas. Muitas vezes, conteúdos novos foram incorporados a métodos antigos, o que demonstra a força das tradições pedagógicas e a resistência da cultura escolar à mudança rápida.

As práticas pedagógicas são profundamente moldadas pelas instituições escolares, mas também pelas interações entre professores, alunos, famílias e autoridades educacionais. A rigidez disciplinar, a centralidade do professor como transmissor do saber e a valorização da memorização foram características marcantes de um modelo pedagógico tradicional que, apesar de sucessivas críticas, ainda persiste em diversas realidades educacionais.

Por outro lado, o processo de democratização do ensino e as discussões sobre metodologias ativas, educação integral e formação cidadã vêm promovendo mudanças significativas na maneira como se concebe o ensino e a aprendizagem. Tais transformações, contudo, não ocorrem de forma homogênea, e muitas vezes coexistem com práticas herdadas de períodos anteriores.

A análise da cultura escolar também evidencia que a escola é, simultaneamente, um espaço de controle e de negociação. Como mostram os estudos de autores como Nóvoa (1995) e Boto (2003), os sujeitos escolares — professores, estudantes e demais atores — são capazes de reinterpretar e reconfigurar normas e práticas, criando espaços de resistência e inovação dentro da própria instituição.

Assim, o estudo da história das instituições escolares e da cultura escolar permite identificar não apenas as estruturas que sustentam as práticas pedagógicas, mas também os conflitos, adaptações e reinvenções que perpassam a experiência educativa. A tensão entre permanência e mudança, tradição e inovação, é, portanto, um traço constitutivo da dinâmica escolar, é elemento fundamental para compreender os desafios contemporâneos da educação.

A produção acadêmica de Maria Ciavatta, em 2023, reafirma seu compromisso com a análise crítica da educação profissional no Brasil, destacando a inter-relação entre trabalho, formação e cidadania. Em seus estudos recentes, Ciavatta enfatiza a necessidade de compreender a educação profissional não apenas como uma resposta às demandas do mercado, mas como um processo formativo integral que considera as dimensões históricas, sociais e culturais dos sujeitos envolvidos.

Ciavatta propõe uma abordagem que insere a educação profissional no contexto das transformações sociais e econômicas, destacando sua historicidade. Ela argumenta que a formação profissional deve ser entendida como parte de um processo mais amplo de construção da cidadania e da identidade dos trabalhadores, indo além da mera aquisição de habilidades técnicas. Essa perspectiva é fundamentada na compreensão de que o trabalho é uma dimensão central na vida dos indivíduos e, portanto, a educação profissional deve contribuir para a formação de sujeitos críticos e autônomos.

A autora defende a integração entre a formação escolar e a experiência de trabalho, propondo uma educação que articule saberes teóricos e práticos. Essa integração visa superar a dicotomia entre ensino geral e formação profissional, promovendo uma abordagem omnilateral que considera o desenvolvimento pleno dos indivíduos. Ciavatta destaca que essa proposta requer uma reconfiguração das práticas pedagógicas e curriculares, de modo a valorizar as experiências dos alunos e fomentar a reflexão crítica sobre o mundo do trabalho.

Em suas análises, Ciavatta aponta para os desafios enfrentados pela educação profissional no Brasil, como a fragmentação das políticas públicas, a precarização do trabalho docente e a influência de interesses econômicos na definição das diretrizes educacionais. Ela ressalta a importância de políticas educacionais que reconheçam a centralidade do trabalho na formação humana e que promovam a equidade e a justiça social. Além disso, enfatiza a necessidade de fortalecer a pesquisa e a produção de conhecimento na área, como forma de subsidiar práticas educativas mais comprometidas com a transformação social.

Em relação à palavra-chave “HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO”, encontraram-se mais de cinco mil trabalhos. Nessa medida, optou-se pela articulação dos termos em um descritor, “Ensino técnico; instituições escolares; e história da educação”. Assim, foram selecionados quatro artigos, respeitando os critérios de seleção.

QUADRO 3 - Resultados da pesquisa de revisão de literatura com o descritor História da Educação.

Título	Autor	Ano	Gênero
Coordenação de cursos no Ensino Médio e Técnico: aspectos históricos da função no Estado de São Paulo	Cristiano Pereira da Silva, Paulo Roberto Prado Constantino	2021	Artigo
Ensino Comercial e sua verticalização no Brasil: origens e história	Ana Lúcia Araújo Borges, Luciano Marcos Curi, Wenceslau Gonçalves Neto	2021	Artigo
História da Educação Profissional	María Ciavatta.	2023	Artigo
Fundamentação da história da educação brasileira	Danilo Arnaldo Briskievicz	2021	Artigo

Fonte: Autora (2025).

Após a seleção e análise dos artigos apresentados no quadro anterior, observa-se que o primeiro artigo destaca, como questão central, apresentar um histórico da coordenação de cursos de ensino médio e técnico nas escolas técnicas Estaduais, explorando aspectos relacionados à sua inserção e trajetória no âmbito de um sistema público de educação profissional - o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Cristiano Silva cita Carvalho (2011), que permite o entendimento de que a principal contribuição do estudo consiste no registro da memória e da trajetória histórica da gestão na educação profissional técnica, configurando-se como um aporte relevante para a ampliação das investigações sobre o tema, ainda incipientes no contexto brasileiro.

Já no segundo trabalho, a pergunta norteadora é: de quais formas a implementação de curso superior em contabilidade no Brasil influenciou as transformações no ensino técnico em contabilidade? Com o objetivo de apresentar a origem e a história do Ensino Comercial, para que possamos compreender melhor o

processo de (trans)formação do Ensino Comercial e sua relação com o surgimento de cursos superiores de Contábeis, Economia e Administração ao longo do século XX. Os autores utilizaram, como linha de entendimento, a Reforma que Francisco Campos consolidou, o direito dos egressos do curso Técnico Comercial – denominado à época como “Ensino Técnico Commercial” – a darem continuidade aos estudos em nível superior, especificamente nos cursos de Economia e Contabilidade. Tal medida representou, naquele contexto histórico, um avanço significativo, conforme destacado por Canabrava (1985).

Já no terceiro artigo, são três as questões básicas abordadas: primeiro, uma reflexão sobre o mundo do trabalho e sua relação com a Educação Profissional: trata-se de superar a visão estrita dos processos escolarizados e de preparação para o trabalho pautada pelas necessidades estritas da produção. A seguir, tratamos da questão do trabalho e a (in)dependência econômica e social: não obstante as transformações havidas no país, desde a (In)Dependência, há 200 anos, nossas elites sempre cultivaram a dependência econômica e política, espelhando-se nos modelos europeu e americano. Em terceiro lugar, consideraremos a história da Educação Profissional, suas lutas e resistências: a produção historiográfica sobre trabalho-educação é restrita a alguns grandes trabalhos, livros e artigos, teses, dissertações. Finalizamos com uma síntese breve de estudos elaborados sobre como se escreve a história da Educação Profissional.Com a intenção de compreender como a fotografia contribui para a pesquisa em história da educação e do trabalho enquanto fonte histórica e primária, esse artigo também trata das fontes que validam a pesquisa documental.

Ainda, a obra Fundamentação da história da educação brasileira: o gesto pedagógico colonial, os processos para consulta e os regimentos, séculos XVII–XVIII, de Danilo Arnaldo Briskievicz (2021), propõe uma reinterpretação da narrativa histórica educacional no Brasil Colônia, especialmente na transição entre os séculos XVII e XVIII. O autor introduz o conceito de "gesto pedagógico colonial" para analisar as práticas educativas formais e informais implementadas pela Coroa portuguesa, com ênfase na região das minas do Serro do Frio, atual cidade do Serro, em Minas Gerais.

Briskievicz argumenta que o "gesto pedagógico colonial" se manifesta por meio de processos documentais utilizados pela Coroa portuguesa para exercer controle sobre suas colônias. Esses documentos, denominados "processos para

consulta", eram escritos em "sagradas letras" e tinham como função "dizer os ausentes", ou seja, representar e regulamentar a vida nas colônias, mesmo na ausência física das autoridades metropolitanas. Essa abordagem destaca a importância dos regimentos e outros documentos oficiais como instrumentos pedagógicos que moldavam comportamentos e práticas sociais.

O estudo enfatiza que a educação no Brasil Colônia não se restringia às instituições formais, como as escolas, mas também ocorria por meio de práticas informais disseminadas pela administração colonial. Através da análise de documentos arquivísticos portugueses e brasileiros, Briskievicz demonstra como a educação era utilizada como ferramenta de controle social, influenciando a formação dos indivíduos e a organização das comunidades coloniais.

1.2 CONCEITOS ESSENCIAIS

1.2.1 A historicidade das instituições escolares

Um dos papéis do estudo das instituições de ensino é reconstruir parte das relações sociais que foram constituídas entre grupos que formam a comunidade escolar, o que possibilita compreender a história desse contexto, proporcionando uma nova perspectiva das pessoas inseridas nessa realidade e suas interações. Desse modo, pode-se dizer que, ao refletir sobre o tempo histórico, encontra-se um grau significativo de memória que, de certa forma, auxilia e enriquece este contexto histórico. Segundo Nóvoa (2005, p. 27), há uma redescoberta da importância das temáticas escolares, do papel dos diferentes atores educativos e de sua experiência. Há também uma tendência a abordagens de história intelectual e cultural, com base em novos conceitos teóricos, além de uma valorização das abordagens comparativas.

Assim diz Nosella, Buffa (2009): "A história de uma instituição escolar pode abordar diversas componentes, como a sua criação, as transformações pelas quais passou, os aspectos arquitetônicos, os alunos, professores e administradores, os saberes, as normas e eventos". Complementando este pensamento, Araújo (2012) traz uma pertinente colocação que dialoga com Nosella; Buffa (2009) e, assim, diz que o estudo de uma instituição de ensino: “trata-se de examinar e compreender uma instituição escolar, sua relação com a cidade, com sua região, com o estado ou com a totalidade do fenômeno escolar, bem como suas relações com a totalidade social,

seja ela nacional ou ocidental” (Araújo, 2012, p. 452).

A partir dessas contribuições, pode-se delinear uma visão geral preliminar sobre a forma e cultura escolar. Dentro da teoria educacional, os conceitos de forma escolar e cultura escolar são fundamentais para entender como a escola se estrutura e se transforma ao longo do tempo.

O conceito de forma escolar refere-se ao modelo organizacional e pedagógico da escola como instituição. Ele descreve os elementos que caracterizam a escolarização moderna, como: a existência de um currículo organizado; a separação entre ensino e outras formas de aprendizagem (ex: aprendizagem informal na família ou na comunidade); a relação professor-aluno baseada em um processo sistemático de ensino; o tempo e o espaço escolar regulados (horários de aulas, salas de aula, materiais didáticos).

O conceito foi desenvolvido por pesquisadores como Guy Vincent, que analisou a escola como uma instituição com normas e práticas próprias, diferenciando-a de outras formas de transmissão do conhecimento.

Por sua parte, cultura escolar refere-se ao conjunto de práticas, valores, normas e representações que constituem o cotidiano da escola e moldam o processo educativo. O conceito abarca, portanto, as práticas pedagógicas, como os métodos de ensino e avaliação e as regras e normas escolares, como disciplina, organização do espaço e tempo escolar. Mas, talvez, a principal expressão da cultura escolar seja justamente os rituais e tradições, especialmente ligadas aos processos de ensino e aprendizagem e as respectivas relações que se desenvolvem entre professores e educandos. Assim, a cultura escolar está ligada também às formaturas, festas escolares, hinos, símbolos.

A partir de tais definições, o conceito de cultura escolar ajuda a entender que a escola não é apenas um espaço neutro de ensino, mas um ambiente social onde valores e comportamentos são transmitidos e reproduzidos, sob forte influência do contexto social e do momento histórico, como vimos argumentando até aqui.

Para que seja mais inteligível, enquanto a forma escolar diz respeito à estrutura organizacional e às características fundamentais da escola como instituição, a cultura escolar envolve os significados e práticas sociais que acontecem dentro da escola, variando conforme o tempo e o contexto histórico.

Pensando na mesma esteira, devemos saber que atrelada ao estudo das instituições de ensino há a observação da cultura escolar estabelecida neste contexto.

Para elucidar, usamos o conceito de cultura escolar definido por Viñao Frago (1998, p. 68-69):

A cultura escolar é vista como um conjunto de teorias, princípios ou critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo no seio das instituições educativas. Trata-se de modos de pensar e atuar que proporcionam estratégias e pautas para organizar e levar a classe**,** interagir com os companheiros e com outros membros da comunidade educativa e integrar-se à vida cotidiana do centro docente. Tais jeitos de pensar e atuar constituem ocasionalmente rituais e mitos, mas sempre se estruturam em forma de discursos e ações que, junto com a experiência e formação do professor, lhe servem para levar a cabo sua tarefa cotidiana. (Viñao Frago,1998, p. 68-69): Perpassa o estudo das instituições categorizar as relações que ali mantinham, com intuito de chegar ao menos perto de reconstruir o cenário do estudo em questão. Deste modo, segundo Júlia (2001) "vamos encontrar a cultura escolar, dentro de uma abordagem histórica, como sendo uma mescla de normas e práticas, aquelas "que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar" e como um conjunto "que permite a transmissão desses conhecimentos e a incorporação de comportamentos" (2001, p. 2). Assim, existem várias particularidades e condutas que aproximam a história de uma instituição de ensino às pesquisas sobre a mesma.

A forma e a cultura escolar da escola moderna no contexto do liberalismo estão intimamente ligadas ao desenvolvimento das sociedades ocidentais a partir do século XVIII. Durante esse período, o liberalismo emergiu como uma ideologia central, defendendo valores como liberdade individual, igualdade de oportunidades e progresso social, influenciando diretamente a estrutura e os objetivos das escolas modernas.

Na mesma esteira, a cultura escolar da escola moderna no liberalismo reflete os valores dessa ideologia, influenciando as práticas pedagógicas, as relações sociais e os objetivos educacionais, com a ideia de que o esforço individual e o mérito determinam o sucesso. Além disso, uma noção de sucesso fortemente centrada na empregabilidade e retornos financeiros. Para tanto, a organização escolar enfatiza a disciplina, com regras claras e hierarquias bem definidas, tornando a escola um espaço de socialização e controle, moldando comportamentos e atitudes compatíveis com os valores liberais.

Ao fim e ao cabo, apesar de se considerarem alguns avanços, como a universalidade do acesso, a escola moderna no liberalismo é permeada por

contradições, próprias do próprio sistema liberal capitalista. Embora pregasse igualdade de oportunidades, as desigualdades sociais e econômicas de diferentes formas limitam o acesso real à educação de qualidade. Justamente porque o modelo padronizado de ensino não é capaz de dar conta das diversidades culturais, regionais e individuais.

1.2.2 O ensino técnico no Brasil

Certamente, o foco da presente pesquisa não é a história das instituições escolares no Brasil, mas como apresentado na articulação acima, a relação entre ensino básico e ensino técnico, assim se entende como importante apresentar aspectos gerais da história da escola no país, até a concretização do ensino técnico.

A história das instituições escolares no Brasil é marcada por diferentes períodos, influências culturais e mudanças políticas. Desde a chegada dos colonizadores portugueses até os dias atuais, a educação passou por diversas transformações, moldando-se conforme as necessidades da sociedade e as políticas públicas de cada época (Viana *et al.*, 2023).

A primeira forma de educação formal no Brasil foi introduzida pelos jesuítas em 1549, com a chegada da Companhia de Jesus, quando o ensino tinha um forte caráter religioso e era voltado para a catequização dos indígenas e formação da elite colonial, sendo as primeiras escolas os colégios jesuítas. A historiografia tradicional enfatizou o papel civilizador dos jesuítas, enquanto estudos mais recentes apontam os conflitos com populações indígenas e a imposição cultural europeia (Neto; Carvalho, 2020).

Com a Independência do Brasil, houve tentativas de organizar um sistema educacional nacional, quando, em 1827, Dom Pedro I criou uma lei determinando a instalação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, mas a implementação foi precária. O ensino secundário era voltado para a elite e ministrado em liceus e colégios, como o Colégio Pedro II, fundado em 1837, no Rio de Janeiro. As universidades ainda não existiam no Brasil; os jovens que desejavam ensino superior precisavam estudar na Europa (Costa; Nascimento, 2024).

A historiografia oficial destacou o Marquês de Pombal como modernizador da educação ao expulsar os jesuítas e criar aulas régias. Estudos críticos mostram que essa mudança causou um vácuo educacional, pois o Estado não conseguiu substituir

a estrutura educacional dos jesuítas.

A criação das escolas de primeiras letras e do Colégio Pedro II foi vista pela historiografia tradicional como um avanço. Por sua parte, estudos críticos apontam que o ensino permaneceu elitista, já que a maioria da população (escravizados e pobres) não tinha acesso à educação.

Com a Proclamação da República, a educação foi secularizada e ficou sob responsabilidade dos estados. Surgiram as primeiras escolas normais para a formação de professores. O ensino técnico começou a ganhar espaço com a criação de escolas industriais e agrícolas, preparando trabalhadores para o setor produtivo. Em 1920, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, embrião da atual UFRJ, marcando o início do ensino superior no país (Briskievicz, 2021).

A separação entre Estado e Igreja permitiu o crescimento de escolas públicas, mas a historiografia crítica destaca a fragmentação da educação, com cada estado organizando seu próprio sistema. O ensino técnico começou a se desenvolver, mas ainda voltado para classes populares, enquanto a elite frequentava colégios tradicionais (Araújo *et al.*, 2021; Costa; Nascimento, 2024).

Na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas estruturou a educação com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1934, a Constituição determinou que o Estado deveria garantir educação pública e gratuita. E em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), marcando o fortalecimento da educação técnica no Brasil (Neto; Carvalho, 2020).

A Constituição de 1946 reforçou a importância do ensino público gratuito e, em 1961, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabeleceu normas para a educação no país. Em 1968, foi promovida uma reforma no ensino superior, criando universidades federais e estimulando a pesquisa científica (Lima; Plácido, 2022).

Novamente, a criação do Ministério da Educação e das Leis Orgânicas do Ensino foram apresentadas pela historiografia tradicional como marcos da modernização do ensino. Mas as abordagens críticas mostram que a educação foi usada como ferramenta de controle político e formação de mão de obra para a industrialização.

Durante o regime militar, houve um foco na educação técnica para atender às demandas da industrialização. Em 1971, a reforma do ensino médio (Lei 5.692) tornou obrigatório o ensino profissionalizante. O ensino superior cresceu, mas com forte

controle estatal e repressão política (Briskievicz, 2021).

A reforma educacional da ditadura (Lei 5.692/71) ampliou o ensino técnico, mas foi criticada por reduzir o ensino médio a uma formação profissionalizante sem base crítica (Araújo *et al.*, 2021). Nessa medida, a historiografia atual mostra como o regime usou o ensino para reforçar valores autoritários e censurou professores e livros didáticos (Costa; Nascimento, 2024).

Finalmente, com a Constituição de 1988, consolidou-se a educação como um direito de todos e dever do Estado, remetendo, em 1996, à nova LDB (Lei 9.394/96), que modernizou o sistema educacional e permitiu maior autonomia curricular, apesar de muitas lacunas ainda não serem preenchidas. Houve expansão das universidades públicas e privadas, além da criação de programas como o Prouni e FIES para ampliar o acesso ao ensino superior. Nessa medida, a história das instituições escolares no Brasil reflete a evolução da sociedade e as políticas públicas ao longo do tempo.

A Constituição de 1988 e a nova LDB de 1996 foram analisadas pela historiografia como marcos do direito universal à educação. Estudos recentes discutem desafios como desigualdade regional, precarização do ensino público e impacto da reforma do ensino médio.

Deve-se pontuar ainda que a historiografia das instituições escolares no Brasil analisa como a educação se desenvolveu ao longo do tempo, levando em conta os diferentes contextos sociais, políticos e econômicos. Essa abordagem busca não apenas narrar os eventos históricos, mas também compreender os fatores que influenciaram as mudanças no ensino e suas implicações na sociedade. Considerando esses aspectos, a historiografia da educação brasileira pode ser dividida em diferentes enfoques e períodos (Neto; Carvalho, 2020).

Concernente à historiografia tradicional, produzida até meados do século XX, era uma abordagem que focava nos grandes eventos e personagens, como leis educacionais, ministros da educação e fundadores de instituições de ensino, o que levava a enfatizar a influência europeia e a ação do Estado como principal responsável pela educação (Lima; Plácido, 2022).

Com a corrente crítica, a partir da década de 1980, historiadores começaram a enfatizar a relação entre educação, sociedade e economia, analisando como a escola reflete e reproduz desigualdades sociais. Destacam-se autores como Dermeval Saviani, que desenvolveu a teoria da pedagogia histórico-crítica, e Luiz Antônio Cunha, que analisou a educação durante a Ditadura Militar. Nessa tendência

historiográfica, valorizam-se fontes como relatos de professores e alunos, materiais didáticos, práticas pedagógicas e discursos políticos (Viana *et al.*, 2023).

Uma das questões centrais no ensino técnico é justamente as dificuldades em correlacionar os princípios próprios da educação, como a reflexão crítica, autonomia e criatividade, com o processo de ensino e aprendizagem de conteúdos propriamente técnicos. Justamente como pontuado por Sesttari *et al.* (2020), na contemporaneidade faz-se absolutamente necessário que essa articulação seja colocada como um desafio a ser superado por esses centros educacionais, exortando esses estudantes a pensar a formação técnica e suas respectivas práticas profissionais enquanto constituintes de uma organização social maior.

Entretanto, essa dificuldade não é apenas contemporânea, mas sim, aparece na gênese do ensino técnico no Brasil. Assim, a criação do ensino técnico no Brasil possui características marcadas por influências históricas, sociais e econômicas. De modo geral, pode-se dizer que o ensino técnico surgiu com o objetivo principal de formar mão de obra qualificada para atender às demandas do mercado de trabalho, especialmente durante o processo de industrialização do país. E, nesse sentido, não é possível argumentar sobre o ensino técnico sem mencionar o princípio profissionalizante. Portanto, inicialmente, era voltado para classes populares, como uma suposta alternativa de ascensão social por meio do trabalho técnico.

A primeira grande iniciativa foi a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909, durante o governo de Nilo Peçanha, sendo escolas destinadas a jovens de baixa renda e visavam à formação em ofícios mecânicos e artesanais.

Alinhado com a ideia de profissionalização e constituição de mão de obra minimamente especializada, a história do ensino técnico é fortemente marcada por legislações, como a Lei Orgânica do Ensino Industrial (1942), durante o Estado Novo de Getúlio Vargas, que institucionalizou o ensino técnico e o vinculou ao Ministério do Trabalho. Na mesma direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), especialmente nas versões de 1961, 1971 e 1996, cada uma reformulando o papel e a estrutura do ensino técnico. Seguindo essa lógica, o que se efetivou nesse processo foi que o ensino técnico foi separado do ensino médio, sendo considerado de menor prestígio acadêmico. Essa divisão reforçou a ideia de que o ensino técnico era menos valorizado em relação ao ensino superior.

Ainda tecendo esse panorama geral de criação do ensino técnico no Brasil, a partir da década de 1990, houve uma tentativa de integração entre o ensino técnico e

o ensino médio, buscando uma formação mais ampla e crítica. Com a reforma do ensino médio de 2017, o ensino técnico passou a ser uma das possibilidades de itinerário formativo, reforçando sua importância no cenário educacional atual.

Ratificando o apresentado anteriormente, a criação e o desenvolvimento do ensino técnico no Brasil apresentam uma trajetória historicamente vinculada às necessidades de formação de mão de obra qualificada para o setor produtivo. Desde suas origens, essa modalidade de ensino foi concebida como um instrumento de inserção no mercado de trabalho, especialmente voltado para as camadas populares da sociedade.

A gênese do ensino técnico brasileiro remonta ao início do século XX, com a fundação das Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909, por meio do decreto n.º 7.566, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha. Essas escolas tinham como objetivo a formação de jovens para o exercício de ofícios manuais e industriais, consolidando o caráter utilitarista e voltado ao trabalho desde os primeiros moldes da educação profissional no país (Ramos, 2001).

Durante o governo de Getúlio Vargas, no contexto do Estado Novo, foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073/1942), que organizou de forma mais sistemática o ensino técnico e o vinculou ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Essa legislação reforçou o caráter profissionalizante da educação técnica, consolidando sua função instrumental de atendimento às demandas da industrialização brasileira emergente (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005).

Ao longo do século XX, diversas legislações influenciaram a estrutura e os objetivos do ensino técnico, destacando-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 (Lei nº 4.024/61), a LDB de 1971 (Lei nº 5.692/71), e, mais recentemente, a LDB de 1996 (Lei nº 9.394/96). Esta última introduziu novas diretrizes que permitiram a integração do ensino técnico com o ensino médio, embora essa integração ainda enfrente entraves em termos de implementação e aceitação social (Kuenzer, 2007).

Como visto, historicamente, o ensino técnico esteve dissociado do ensino médio, sendo tratado como uma via educacional de menor prestígio, voltada preferencialmente à formação de técnicos para setores industriais e de serviços. Essa separação contribuiu para a dualidade estrutural da educação brasileira, na qual o ensino técnico-profissional foi visto como alternativa para estudantes das classes trabalhadoras, enquanto o ensino propedêutico foi destinado àqueles que almejavam

o ensino superior (Saviani, 2008).

Outro marco importante na consolidação do ensino técnico no Brasil foi a atuação das instituições do Sistema S (SENAI, SENAC, SENAR, entre outras), responsáveis por oferecer educação profissional de qualidade, voltada para o atendimento direto às necessidades do setor produtivo. Essas instituições têm desempenhado papel fundamental na qualificação da força de trabalho brasileira, sendo referência em cursos técnicos e profissionalizantes de curta e média duração (Oliveira, 2010).

Mais recentemente, com a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), o ensino técnico passou a ser uma das possibilidades de itinerário formativo, o que, por um lado, amplia o acesso à formação técnica, mas, por outro, ainda enfrenta desafios estruturais, como a escassez de infraestrutura, a falta de docentes especializados e a baixa valorização cultural dessa modalidade (Araújo; Duarte, 2018).

Em síntese, o ensino técnico no Brasil foi historicamente concebido como resposta às necessidades do desenvolvimento econômico, com ênfase na formação de mão de obra para a indústria e os serviços. Apesar dos avanços legislativos e institucionais, persistem desafios relacionados à integração com o ensino médio, ao reconhecimento social e à superação das desigualdades educacionais. Apesar dessa última afirmação, entende-se. aqui, que a institucionalização do ensino técnico cumpriu e cumpre duas funções estruturantes da sociedade brasileira. Por um lado, é um recurso de formação profissional para o atendimento de demandas imediatas de menor complexidade. Entretanto, por outro lado, desvaloriza-se esse tipo de formação, de modo a ser designada aos segmentos mais empobrecidos da sociedade.

O que se percebe nessa implementação do ensino técnico é a dissociação entre ensino e aprendizagem, sendo a centralidade da proposta, a automatização da assimilação dos conteúdos, em uma concepção estritamente técnica para o trabalho. Posteriormente, houve uma disputa teórica sobre o tema, em que a corrente renovadora entendia que, no ensino técnico, a aprendizagem significativa ocorre quando os estudantes conseguem relacionar novos conhecimentos com sua realidade e experiências prévias. Para que esse processo seja efetivo, é essencial adotar abordagens didáticas que valorizem a prática, a contextualização e a autonomia dos alunos.

Com interesse similar, Sestari e colaboradores (2020), Lorenzet, Andreolla e Paludo (2020) se preocupam com a questão da formação do estudante do ensino

técnico para além da prática profissional, mas agora, pensando como os princípios norteadores da educação técnica, podem contribuir com a formação do sujeito em correlação com as demandas por qualificação.

Em seus argumentos, entendem que a educação técnica carrega a áurea de inferioridade ao ensino superior, quando, na verdade, deveria ser entendida como diferente, no atendimento de demandas específicas. Em decorrência disso, vigora uma ideia de que o ensino técnico é uma qualificação limitada e, portanto, desvalorizado. Paralelamente, constatam que apenas em raríssimas exceções há o elemento formativo humano nos cursos técnicos, os quais são direcionados exclusivamente para o atendimento das demandas por produtividade, ou seja, essencialmente funcionais.

O que essa corrente renovadora entende é que, em qualquer processo de ensino e aprendizagem, alguns elementos são tidos como essenciais, especificamente, que não se trata apenas de assimilação de conteúdo, mas deve ser uma etapa constitutiva do desenvolvimento do sujeito.

Vejamos, como afirmado, o ensino técnico, tradicionalmente vinculado à formação profissional e à inserção no mercado de trabalho, tem ampliado sua função social e pedagógica, passando a ser compreendido também como espaço privilegiado para o desenvolvimento global do sujeito, incluindo as dimensões cognitivas e emocionais. Ao integrar conhecimentos teóricos e práticos, essa modalidade de ensino favorece não apenas a aquisição de competências técnicas, mas também a formação de habilidades socioemocionais essenciais à vida em sociedade.

No entanto, para que o ensino técnico cumpra esse papel ampliado no desenvolvimento do sujeito, é necessário superar concepções reducionistas que o tratam unicamente como meio de inserção produtivista. A perspectiva de formação onilateral, proposta por autores como Marx (2004) e reafirmada por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), defende uma educação que desenvolva todas as dimensões humanas — trabalho, ciência, cultura, sensibilidade e afetividade.

Na articulação entre ensino médio e técnico, pontuam que as principais aproximações entre ensino médio e técnico decorrentes da reforma foram os itinerários Formativos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em que se criaram itinerários formativos, e um deles é voltado para a educação profissional e tecnológica, o que possibilitou que os alunos escolham uma formação técnica integrada ao ensino médio, ampliando suas oportunidades no mercado de trabalho.

Especificando a concepção dos itinerários formativos concernente à formação técnica, a Reforma do Ensino Médio alterou significativamente a estrutura curricular dessa etapa da educação básica no Brasil. Uma das inovações centrais introduzidas pela reforma foi a criação dos Itinerários Formativos, com o objetivo de flexibilizar o currículo e torná-lo, supostamente, mais atrativo e conectado às demandas dos estudantes. Concernente a nossa pesquisa, entre os cinco eixos propostos, destaca-se o itinerário de Educação Profissional e Tecnológica, que insere a formação técnica e profissional como alternativa de escolha para os jovens durante o ensino médio.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), os itinerários formativos têm como intencionalidade “proporcionar ao estudante um aprofundamento em áreas de seu interesse e uma maior conexão com o mundo do trabalho, da ciência e da cultura” (BRASIL, 2018). A proposta busca romper com a rigidez curricular tradicional e permitir percursos de formação mais personalizados, articulando competências cognitivas e práticas.

O itinerário da EPT é estruturado com base na formação por competências, voltada para a integração entre os conhecimentos gerais e a preparação para o exercício profissional. Nesse contexto, a integração entre ensino médio e educação profissional é considerada estratégica para combater a evasão escolar, aumentar a empregabilidade dos jovens e promover o desenvolvimento regional por meio da qualificação da força de trabalho (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005). Todavia, essa integração não se efetiva de fato, uma vez que, por um lado, os itinerários formativos privilegiam o conteúdo técnico, em detrimento da construção de conhecimentos e saberes escolares e sociais e, por outro lado, pelas dificuldades materiais e financeiras no atendimento de demandas em áreas empobrecidas.

De todo modo, é possível identificar quatro características principais que definem os itinerários formativos. Aquela que foi foco na argumentação de uma educação inovadora, a flexibilização curricular, em que os estudantes podem escolher percursos de formação conforme seus interesses pessoais, profissionais e acadêmicos, respeitando a Base Nacional Comum Curricular e os referenciais curriculares dos itinerários. Em seguida, a base da proposta, que é a articulação com o mundo do trabalho, mas que sempre esteve presente nas leis da educação. Assim, os cursos da EPT visam à formação de profissionais técnicos capacitados para atuar em setores produtivos específicos, promovendo a empregabilidade e a inserção social dos estudantes.

O terceiro aspecto é a modificação do processo formativo, agora com oferta por módulos e certificação progressiva. A organização modular e a possibilidade de certificações intermediárias permitem que o estudante conclua etapas de sua formação e obtenha qualificação mesmo antes de concluir o ensino médio. Finalmente, a quarta característica da reforma acerca do ensino técnico são as parcerias com instituições do sistema S e rede federal. De alguma forma, sempre houve esse tipo de parceria, por exemplo, pelo oferecimento de cursos por essas instituições. A efetivação do itinerário da EPT com as respectivas parcerias propõe ampliar o alcance e a qualidade da formação ofertada, mas que, na prática, as regiões mais afastadas dos centros econômicos e comerciais continuam sem essa oportunidade.

Permeando essas características, tem-se a proposta pedagógica que valoriza projetos integradores, resolução de problemas e práticas laboratoriais como estratégias para desenvolver competências técnicas e socioemocionais.

Em termos de intencionalidades, a inclusão da EPT nos itinerários formativos tem sido apresentada pelo Estado como uma resposta à demanda por maior protagonismo juvenil, à necessidade de modernização da escola e à aproximação entre educação e empregabilidade. No entanto, essa intencionalidade também tem sido alvo de críticas por parte de estudiosos da área, que apontam o risco de redução da formação integral e a valorização excessiva de uma lógica utilitarista da educação, pautada pela adaptação do jovem às exigências do mercado de trabalho (Kuenzer, 2011; Saviani, 2008).

Segundo Frigotto (2018), há uma ambiguidade estrutural na proposta da EPT como itinerário: se por um lado ela pode ampliar as oportunidades educacionais e profissionais para jovens das camadas populares, por outro pode reforçar a dualidade educacional, ao oferecer uma formação técnica e prática aos mais pobres, enquanto as elites continuam acessando uma formação propedêutica voltada ao ensino superior.

Portanto, embora o itinerário da EPT represente uma inovação importante no cenário educacional brasileiro, sua efetividade depende de uma implementação que não fragmente o currículo, que garanta qualidade pedagógica e infraestrutura adequada, e que esteja comprometida com uma formação humana integral, conforme os princípios da educação omnilateral (Marx, 2004; Frigotto *et al*., 2005).

Na mesma direção, característica marcante foi a flexibilização Curricular, em que a carga horária obrigatória da formação geral básica foi reduzida, permitindo que os estudantes escolham disciplinas alinhadas com seus interesses e necessidades profissionais, com o argumento de que essa flexibilização favorece a personalização do ensino e pode atrair mais alunos para a formação técnica.

A reforma estimula parcerias entre escolas regulares e instituições como os Institutos Federais, SENAI, SENAC, entre outras, facilitando o acesso dos alunos à formação técnica. Nesse sentido, ao concluir um curso técnico dentro do Novo Ensino Médio, o estudante pode obter uma certificação intermediária para ingressar no mercado de trabalho antes mesmo da conclusão da formação completa (Araújo *et al.*, 2021).

Pontuam, como problemática, que nem todas as escolas oferecem a infraestrutura necessária para um ensino técnico de qualidade, o que pode aumentar as disparidades regionais. Em muitas localidades, o acesso ao itinerário de formação profissional ainda é limitado. Ainda, muitos professores do ensino médio tradicional não possuem formação específica para disciplinas técnicas. E a falta de laboratórios e equipamentos adequados pode comprometer a qualidade do ensino técnico.

Finalmente, como havíamos pontuado, por haver um estigma de inferioridade atribuído ao ensino técnico, embora a reforma incentive a educação profissional, a integração com as demandas do setor produtivo ainda é um desafio, haja vista que muitos cursos técnicos oferecidos podem não estar alinhados com as necessidades reais da indústria e do comércio.

Já segundo Dinelise e colaboradores (2020), a Reforma do Ensino Médio aproxima o ensino técnico da formação básica ao permitir itinerários profissionalizantes, ampliar a carga horária e incentivar parcerias com instituições de ensino técnico. No entanto, desafios como desigualdade no acesso, formação docente e infraestrutura ainda precisam ser superados para garantir que todos os alunos tenham oportunidades reais de qualificação profissional (Araújo *et al.*, 2021).

1.2.3 O Ensino Técnico no Rio Grande do Sul

Como foi visto, o ensino técnico no Brasil tem desempenhado um papel fundamental na formação de mão de obra qualificada, acompanhando as transformações econômicas e sociais do país. No estado do Rio Grande do Sul, esse

processo assumiu contornos particulares, moldados pelas características regionais e pelas necessidades do setor produtivo.

A implementação do ensino técnico no estado do Rio Grande do Sul acompanha a trajetória nacional de institucionalização da educação profissional, embora com características próprias decorrentes do seu contexto socioeconômico e cultural. Pode-se dizer que, em alguma medida, historicamente, o estado sempre teve uma forte vocação industrial e agrícola, o que impulsionou desde cedo a demanda por formação técnica especializada, vinculada às necessidades locais de desenvolvimento (Cavalheiro, 2006).

O ensino técnico e comercial no Rio Grande do Sul possui raízes históricas que remontam ao final do século XIX e início do século XX, período em que o Brasil passava por intensas transformações econômicas, sociais e políticas. A consolidação da indústria, a urbanização crescente e as demandas do mercado de trabalho impulsionaram a necessidade de formação profissional, especialmente em estados de forte desenvolvimento econômico como o Rio Grande do Sul.

Portanto, a origem do ensino técnico e comercial no Rio Grande do Sul está diretamente relacionada ao contexto da industrialização e à modernização das atividades comerciais e produtivas. No final do século XIX, surgiram as primeiras iniciativas de educação profissionalizante, ainda de forma bastante restrita e voltada para setores específicos, como a agricultura e os ofícios urbanos (Vieira, 2012).

No início do século XX, com a consolidação de Porto Alegre como centro econômico e comercial, surgiram instituições voltadas à formação de profissionais para atender à demanda crescente do comércio e da indústria. Destacam-se, nesse contexto, a criação das Escolas de Comércio, que visavam preparar profissionais para atividades administrativas, contábeis e bancárias. A fundação da Escola de Comércio de Porto Alegre em 1909 é um marco significativo desse processo, sendo uma das primeiras instituições formais de ensino comercial no estado (Vieira, 2012).

No campo do ensino técnico, a década de 1940 representou um avanço significativo com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 4.073, de 1942) e da Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei nº 6.141, de 1943), que sistematizaram a educação profissional no Brasil. A partir dessas legislações, surgiram no Rio Grande do Sul diversas escolas técnicas federais e estaduais, como a Escola Técnica Federal de Pelotas (atual Instituto Federal Sul-rio-grandense) e a Escola Técnica Federal de Bento Gonçalves, atual Instituto Federal do

Rio Grande do Sul (Cavalheiro, 2006).

Essas instituições foram fundamentais para a formação de mão de obra especializada, atendendo às demandas da indústria vinícola, metalúrgica, calçadista e de serviços, setores que tiveram grande expressão econômica no estado. Além disso, colaboraram na interiorização do ensino técnico, permitindo que diversas cidades fora do eixo Porto Alegre pudessem contar com formação profissional de qualidade.

Como vimos afirmando, o ensino técnico e comercial no Rio Grande do Sul não só respondeu às demandas econômicas, como também contribuiu para a mobilidade social de amplos setores da população. Jovens de origem humilde encontraram nas escolas técnicas uma oportunidade de ascensão econômica e inserção no mercado formal de trabalho.

No campo educacional, essas instituições também foram responsáveis por introduzir metodologias pedagógicas diferenciadas, centradas na formação prática e no desenvolvimento de competências específicas, antecipando tendências que só seriam incorporadas ao ensino regular décadas mais tarde.

Assim, a implementação e expansão do ensino técnico no Rio Grande do Sul têm gerado uma série de efeitos positivos em distintas esferas — educacional, econômica, social e cultural — ao longo do último século. Desde sua introdução, ainda no início do século XX, a educação profissional e tecnológica se consolidou como uma importante ferramenta de formação de capital humano qualificado, articulando-se com os processos de industrialização, desenvolvimento regional e inclusão social.

Retomando a contextualização apresentada anteriormente, o marco inicial do ensino técnico no Brasil foi a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em 1909, durante o governo de Nilo Peçanha, por meio do Decreto n.º 7.566/1909. No Rio Grande do Sul, a unidade correspondente foi fundada em Porto Alegre em 1910, representando o embrião do que viria a ser, mais tarde, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) (IFRS, 2020). Essa instituição foi responsável pela formação de jovens nas áreas da marcenaria, mecânica e eletricidade, com foco na inserção no mercado de trabalho urbano e industrial emergente (Vieira, 2012).

Com a intensificação da industrialização no Brasil a partir da década de 1930, o ensino técnico passou a ocupar papel estratégico na formação de mão de obra qualificada. No Rio Grande do Sul, o crescimento da indústria metalúrgica, calçadista

e moveleira impulsionou a criação de escolas técnicas estaduais e federais em cidades como Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Novo Hamburgo e São Leopoldo. A Escola Técnica Federal de Pelotas, fundada em 1940, é um exemplo emblemático desse processo, consolidando-se como referência no sul do país (Silva, 2015).

Durante o regime militar (1964–1985), a expansão do ensino técnico foi intensificada por meio da Lei nº 5.692/1971, que tornou obrigatória a profissionalização no ensino de segundo grau. No Rio Grande do Sul, essa política resultou na criação e expansão de escolas estaduais técnicas e agrícolas, com foco na formação rápida para o mercado de trabalho. No entanto, essa obrigatoriedade foi posteriormente revogada por críticas à sua eficácia e ao caráter impositivo (Kuenzer, 2007).

Nos anos 2000, com a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica pela Lei nº 11.892/2008, o Rio Grande do Sul passou a contar com uma ampla rede de Institutos Federais, responsáveis por ofertar cursos técnicos integrados ao ensino médio, subsequentes e tecnológicos em diversas regiões do estado. O Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) e o Instituto Federal Farroupilha (IFFar), além do já existente IFRS, tornaram-se protagonistas na interiorização da educação técnica e na democratização do acesso à formação profissional (Brasil, 2008; Cavalheiro, 2006).

Outro agente relevante no desenvolvimento do ensino técnico no Estado é o Sistema S, especialmente o SENAI-RS e o SENAC-RS, que desempenham papel central na formação técnica voltada ao setor produtivo, com cursos de curta e média duração voltados às indústrias locais. Essas instituições são reconhecidas pela forte articulação com o setor empresarial, atualizando permanentemente suas formações de acordo com as demandas do mercado (Oliveira, 2010).

Mais recentemente, com a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) e a implementação dos itinerários formativos, o ensino técnico voltou a ganhar centralidade nos debates educacionais. No Rio Grande do Sul, a Secretaria Estadual de Educação tem buscado estruturar uma oferta diversificada de itinerários técnicos em parceria com os Institutos Federais e com o Sistema S, ampliando o acesso de estudantes do ensino médio à formação profissional.

Segundo Oliveira (2010), a formação técnica teve papel decisivo na constituição de setores industriais fortes no estado, como o calçadista, metalúrgico e moveleiro, especialmente nas regiões do Vale dos Sinos, Serra Gaúcha e Zona Sul.

Entre os principais efeitos observados está o aumento da empregabilidade dos egressos do ensino técnico. Dados do SENAI-RS (2022) indicam que mais de 70% dos alunos formados em cursos técnicos no estado conseguem inserção no mercado de trabalho em até um ano após a conclusão dos estudos. Esse índice reforça a efetividade da formação técnica como ponte direta entre educação e mundo do trabalho.

Além da empregabilidade, o ensino técnico tem promovido a mobilidade social. Jovens oriundos de famílias de baixa renda encontraram na educação profissional uma oportunidade de ascensão socioeconômica, reduzindo desigualdades regionais e contribuindo para a interiorização do desenvolvimento. Instituições como o IFSul e o IFFar têm papel relevante nesse processo ao ofertarem cursos gratuitos e de qualidade em cidades médias e pequenas do estado (MEC, 2019).

Do ponto de vista educacional, a implementação do ensino técnico também tem gerado avanços na articulação curricular entre teoria e prática. A integração entre disciplinas propedêuticas e formação profissional favorece o desenvolvimento de competências cognitivas, técnicas e socioemocionais. Segundo Kuenzer (2007), essa integração qualifica o processo de aprendizagem e torna a educação mais significativa para os estudantes.

Outro efeito relevante é a inovação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais (APLs). Várias escolas técnicas e institutos federais desenvolvem projetos de extensão e pesquisa aplicada que respondem diretamente às demandas do setor produtivo regional. Essas parcerias, além de fortalecerem os vínculos entre escola e comunidade, também promovem a inovação tecnológica, contribuindo para a competitividade das empresas locais (Silva, 2015).

Assim, o desenvolvimento do ensino técnico no Rio Grande do Sul é marcado por uma trajetória de expansão e diversificação, acompanhando os ciclos econômicos do estado e os movimentos nacionais de política educacional. Sua consolidação como ferramenta de desenvolvimento regional e de inclusão social reforça a importância de políticas públicas que garantam qualidade, equidade e integração entre educação, trabalho e cidadania. Desde suas origens nas Escolas de Aprendizes e Artífices até a atual estrutura dos Institutos Federais e itinerários formativos, a educação técnica tem contribuído para a formação de jovens e para o desenvolvimento socioeconômico do estado. A continuidade de políticas de qualidade, com foco na inclusão e integração

entre trabalho e educação, está na base para consolidar os avanços obtidos.

A expansão da educação profissional e tecnológica no Brasil ganhou força a partir da década de 2000 com a criação dos Institutos Federais, instituídos pela Lei nº 11.892/2008. No contexto do Rio Grande do Sul, a cidade de Bagé passou a integrar essa rede com a inauguração do Campus Bagé do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), em 2010. A implementação do ensino técnico na região respondeu às demandas por formação qualificada, especialmente nos setores da agropecuária e da tecnologia da informação, e representa um marco no processo de desenvolvimento educacional e socioeconômico da região.

1.3 METODOLOGIA

Destarte, a metodologia de investigação se orienta majoritariamente pela pesquisa documental a partir de uma abordagem qualitativa-descritiva, a partir de princípios indutivos. Entende-se, aqui, que a pesquisa qualitativa proporciona aprofundamento compreensivo sobre os fenômenos sociais, em que as apreensões e percepções das instituições de ensino influem diretamente sobre sujeitos sociais e exercem prevalências sobre as propostas de mensurações quantitativas. Falando ainda desta pesquisa ser documental, esclarece através das palavras de Gil que: "Convém lembrar que algumas pesquisas elaboradas com base em documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios.” (Gil, 2002, p. 45).

Desse modo, buscou-se a constituição da fundamentação teórica, utilizando livros, artigos, dissertações e revistas de renomados autores que abordam o tema. Além disso, será realizada uma pesquisa na Escola Técnica do Comércio Antenor Gonçalves Pereira, Bagé/RS.

Acerca da investigação documental, os principais objetos de investigação são o jornal Correio do Sul, localizado no arquivo público, documentos educacionais nacionais sobre o ensino profissionalizante da época, assim como documentos da instituição Geteco. Ainda, avalia-se serem relevantes fotos, quadro de professores, planejamentos anuais entre outros, de seu período de funcionamento, sendo toda essa documentação encontrada no arquivo público.

Esmiuçando a metodologia a ser empregada, caracteriza-se a pesquisa documental pela investigação que utiliza documentos como fonte principal de dados, o que não significa a exclusão de outras possíveis técnicas de coleta de informações ou de produção, por exemplo, haja vista que há a possibilidade das propostas metodológicas de se complementarem, conforme o campo de estudo, circunstâncias da pesquisa, ou mesmo imposições históricas. Assim, é uma abordagem amplamente empregada em diferentes áreas do conhecimento, sendo tipicamente associada aos estudos históricos (Severino, 2016).

Como a pesquisa documental se baseia nas fontes disponíveis coerentes com a problemática e objetivos da pesquisa, certamente, deve-se ter sempre por consideração a contextualização do período no qual tal documento fora produzido, buscando revelar suas intencionalidades e vieses. Faz-se esse alerta porque, como se sabe, a grande maioria dos documentos preservados são aqueles oficiais, os quais, por sua vez, são geralmente produzidos pela parte vencedora, apresentando a sua perspectiva do fenômeno. Portanto, os documentos não são tomados como verdades absolutas, sendo necessário o cuidado em compreender o contexto de sua produção (Severino, 2007).

Outro aspecto elementar na análise documental é a distinção em fontes primárias e fontes secundárias, sendo as primárias, os documentos originais, como manuscritos, registros oficiais, entrevistas entre outros. As fontes secundárias são análises ou interpretações de fontes primárias, como um livro sobre um fenômeno histórico, uma resenha, uma reportagem etc.

No caso de nossa pesquisa, pontua-se ainda que se orienta pelo caráter qualitativo, exemplificado pela interpretação de significados, discursos e narrativas. De todo modo, tendo em vista que o objetivo da pesquisa é a compreensão do processo de criação da Escola Técnica do Comércio Antenor Gonçalves Pereira as formas de inserção do estudante no mundo do trabalho proporcionada pela escola Geteco parece relevante e é possível que alguns dados quantitativos também sejam necessários serem expostos. Mas, tanto o viés qualitativo quanto o quantitativo serão abordados a partir da confluência de três princípios: a descrição, em que se registram e se descrevem os dados contidos nos documentos; a criticidade, ao identificar relações, contextos, intenções e significados implícitos; e por meio da construção do referencial teórico, em que se utilizam os documentos como base para desenvolver ou testar teorias.

A pesquisa histórica exige o cuidado com a autenticidade dos documentos, exigindo que o pesquisador busque outras fontes de validação da fonte analisada. Mas, como a documentação que será analisada pertence ao acervo do arquivo público, já existe uma validação prévia.

Ao fim e ao cabo, deve-se pontuar que a categorização de documentos em uma pesquisa acadêmica documental é fundamental para organizar e analisar as informações de forma eficiente. Em nossa pesquisa, os documentos serão classificados por sua natureza, sendo as legislações, os relatórios, podendo ser técnicos, anuários ou de balanços.

2 DELIMITAÇÃO E CONTEXTO

Em um preâmbulo inicial de contextualização, a cidade de Bagé, localizada no Rio Grande do Sul, possui uma rica história ligada à formação do território brasileiro, às disputas entre portugueses e espanhóis, e à cultura gaúcha. Em decorrências desses fatores históricos e de sua posição geográfica estratégica, que a cidade desempenhou funções importantes no século XVIII, quando era ainda apenas um povoado, e no século XIX, agora já como município e, posteriormente, como cidade.

Nesse sentido, de forma a tornar a argumentação mais inteligível, apresenta-se nesse tópico, uma contextualização histórica da cidade de Bagé, correlacionando com os caminhos seguidos por esse território e seu povo.

2.1 BAGÉ - A CIDADE DA EDUCAÇÃO

Na esteira do trabalho de Taiza Fonseca (2024), que apresenta uma análise crítica da formação histórica do município de Bagé, no Rio Grande do Sul, destacando as dinâmicas geopolíticas, econômicas e sociais que marcaram a constituição da cidade. Situada na região da Campanha e em zona de fronteira com o Uruguai, Bagé foi palco de intensas disputas territoriais entre portugueses e espanhóis nos séculos XVIII e XIX, evidenciadas pela construção de fortes e pela militarização da região. A fundação oficial do município, em 1811, ocorreu em meio a esses conflitos, com a elevação à categoria de vila em 1846, consolidando sua estrutura administrativa.

A economia local foi profundamente marcada pela pecuária extensiva e pelas charqueadas, inseridas no contexto das práticas coloniais e escravocratas. As charqueadas, sobretudo em Bagé, Pelotas e Rio Grande, operavam com mão de obra subjugada a condições desumanas, revelando um modelo econômico baseado na exploração de corpos racializados e marginalizados. Em contrapartida, as Charqueadas de Santa Thereza, também em Bagé, representaram uma exceção à lógica dominante, ao implementarem um complexo urbano-industrial moderno para a época, com trabalhadores assalariados e infraestrutura social e cultural significativa.

Além disso, como propõe a análise de Fonseca (2024), o entendimento sobre figuras históricas específicas, como a primeira vereadora mulher eleita em Bagé, exige um olhar atento à regionalidade e às inscrições históricas que moldaram o território. O papel do historiador, nesse sentido, é contextualizar os sujeitos históricos a partir

de múltiplas fontes, compreendendo os entrelaçamentos entre o local e o estrutural, entre a materialidade histórica e sua temporalidade. Bagé, portanto, surge como um espaço simbólico de interação fronteiriça, marcado por heranças coloniais, militares e econômicas que ainda reverberam em sua organização social contemporânea.

Figura 3: Mapa do Rio Grande do Sul com o município de Bagé em destaque

Fonte: Wikipedia (2025).

O topônimo "Bagé" possui origem indígena, sendo possivelmente derivado de um antigo cacique local denominado Ibajé. No dia 17 de julho de 1859, Bagé foi oficialmente elevada à categoria de cidade, consolidando-se como um importante núcleo urbano da região sul do Brasil.

No que diz respeito ao contexto histórico, destaca-se que Bagé foi cenário de relevantes confrontos armados, especialmente durante a Guerra da Cisplatina (1825-1828) e, posteriormente, na Revolução Farroupilha (1835-1845). Em relação a este último conflito, a cidade desempenhou um papel estratégico de grande importância, em virtude de sua localização geográfica privilegiada, que a tornava um ponto de passagem fundamental para tropas e suprimentos.

De forma esquemática, é possível sintetizar a relevância de Bagé no desenvolvimento da Revolução Farroupilha por meio dos seguintes aspectos:

2.1.1 Posição Estratégica: A cidade situava-se próxima à fronteira com o Uruguai, o que facilitava o comércio de armas, cavalos e mantimentos com os aliados dos farroupilhas no país vizinho.

2.1.2 Conflitos e Disputas: Bagé foi palco de batalhas e ocupações militares ao longo da revolta, sendo disputada tanto pelas forças farroupilhas quanto pelas tropas imperiais.

2.1.3 Apoio dos Estancieiros: Muitos fazendeiros da região demonstraram simpatia pela causa farroupilha, especialmente em função de uma economia baseada na pecuária, que era duramente afetada pela cobrança de impostos por parte do governo imperial.

2.1.4 Rota de Tropas: A cidade serviu como ponto de passagem estratégico para os deslocamentos das tropas farroupilhas entre o Pampa Gaúcho e o território uruguaio, possibilitando reorganização e reabastecimento das forças em combate.

2.1.5 Cenário de Batalhas: Embora não tenha figurado entre os principais palcos da Revolução Farroupilha, Bagé e seus arredores testemunharam diversos embates entre os revoltosos e as forças legalistas (Andrade; Padoin, 2021).

Diante da relevância de Bagé no contexto mais amplo da Revolução Farroupilha, é possível afirmar que a cidade exerceu um papel logístico e estratégico fundamental, configurando-se como um dos municípios que sustentaram a luta dos farroupilhas contra o Império. Além de representar um elo essencial entre os combatentes gaúchos e seus aliados uruguaios, Bagé também refletiu de maneira expressiva as tensões sociais e econômicas que motivaram a deflagração da revolta.

Durante a Revolução de 1893, entre maragatos (federalistas) e pica-paus (republicanos), a cidade foi novamente cenário de intensos combates, tornando-a definitivamente como uma referência local em diferentes aspectos, como estratégico, populacional, cultural e econômico. Assim, a cidade se desenvolveu com base na pecuária, especialmente a criação de gado bovino e ovino, tornando-se um polo agropecuário da região, o que levou a cidade, no século XIX e início do século XX, a se destacar pela produção de charque e pelo comércio de gado, essencial para a economia gaúcha e rota importante entre o comércio com a região cisplatina e o Brasil.

A cidade preserva fortes tradições da cultura campeira e das expressões artísticas do Rio Grande do Sul, possuindo festas e eventos ligados ao tradicionalismo, como rodeios e festivais nativistas. Nessa esteira, Bagé abriga diversas construções históricas, como o Palacete Pedro Osório, o Castelinho e a Catedral de São Sebastião, que refletem o período áureo da cidade. Portanto, atualmente, Bagé continua sendo um dos principais centros urbanos da Campanha Gaúcha, mantendo sua relevância histórica e econômica para o estado.

Figura 4 - Castelinho – Pedras Altas

Fonte: Conheça Bagé (2025)

Figura 5 - Palacete Pedro Osório -Bagé

Fonte: Pedro Osório Palacete (2023)

Figura 6 - Catedral São Sebastião - Bagé

Fonte: Da Janela – Viagens e Cultura (2023)

A cidade de Bagé, localizada na região da Campanha, no Rio Grande do Sul, está distante 380 km da capital Porto Alegre, com uma área de 5634 km², fazendo fronteira ao norte com Lavras do Sul e Caçapava do Sul; ao leste com Candiota, Hulha Negra e Pinheiro Machado; ao sul com o Uruguai, Aceguá e Herval; e a oeste, com Dom Pedrito e com o Uruguai (Andrade; Padoin, 2021).

Sua importância já se constata por ser uma região fronteiriça, o que se relaciona com a própria segurança nacional, sendo permeada por eventos históricos, especialmente na Revolução Farroupilha. Mas também, apresenta grande importância decorrente de suas jazidas minerais, com importantes reservas de carvão mineral, calcário e caulim. Em menor volume, encontram-se reservas de cobre, grês e argilas (Fagundes, 1995).

Em seu contexto histórico, a importância da cidade se dá em decorrência da resistência contra as investidas espanholas, especialmente no século XVIII, quando os portugueses se afastam da região, abrindo caminho para os espanhóis. Tais conflitos eram quase que permanentes, mas também não significavam ameaças significativas aos territórios das duas coroas, ou seja, eram conflitos mais regionais, que se resumiam a reivindicações locais. No entanto, com os tratados de Madrid e de São Ildefonso, as discordâncias acometeram também as coroas, intensificando a importância dessa região fronteiriça.

Como medida de segurança, Portugal distribuiu sesmarias na região, com claro intuito de povoamento e, consequentemente, alçar a região à capitania geral, o que daria legitimidade sobre a região a Portugal. A partir de 1789, iniciou-se o povoamento por meio de sesmeiros, como Serafim Costa dos Santos, Alexandre Eloy Portelli e Francisco de Paula Azevedo Marques. Posteriormente, revelou-se que tal medida não fora o suficiente, com a continuidade de ofensivas espanholas na região, assim como pretensão da coroa espanhola sobre a coroa portuguesa (Salis, 1955).

Em 1811, Dom João VI intenciona a retaliação e ordena a tomada da capital do Uruguai, Montevidéu. Tanto por questões de pouco preparo, contingente limitado e inverno rigoroso, a empreitada não logrou sucesso. Pelas adversidades, foi necessário dividir o exército que marchava em direção a Montevidéu, ficando uma parte considerável de soldados adoentados na região fronteiriça, sob os comandos do tenente Pedro Fagundes de Oliveira. Assim, com a distribuição anterior de sesmarias na região e, agora com o acampamento de soldados, dá-se a fundação da cidade de Bagé.

Concomitantemente, com o estabelecimento desses soldados adoentados, a região recebia constantemente novos contingentes, fazendo crescer rapidamente a densidade populacional. Como é sabido, um dos principais símbolos de fundação de um povoado ou cidade é a igreja. Já no ano seguinte, 1812, construiu-se a primeira igreja. Em 1820, expandiu-se e melhorou-se o material de construção da igreja. É justamente nesse lugar que se encontra hoje a Matriz de São Sebastião, iniciadas as construções no ano de 1862. Nesse mesmo ano, iniciou-se a construção do mercado municipal, outro símbolo tradicional de ratificação das cidades (Fagundes, 1995).

Por esses eventos, o povoado ganhava importância como primeira barreira de proteção do interior do Brasil. Na década de 1820, com a guerra da Cisplatina, novamente se intensificaram os conflitos e combates diretamente no povoado, vindo a ser amplamente destruído entre os anos de 1825 e 1827. Findas as batalhas, reconstrói-se Bagé (Salis, 1955).

Até esse momento, 1832, Bagé é um povoado pertencente ao município de Rio Pardo e, em seguida, Rio Pardo veio a se integrar ao município de Piratini. Frente à intensificada reorganização do povoado de Bagé e seu relativo desenvolvimento econômico e populacional, em 1846, Bagé foi alçado a município, para, em 1859, ser elevada à categoria de cidade (Andrade; Padoin, 2021).

Essa ascensão meteórica do povoado se tornou uma marca da cidade, uma vez que, de forma muito rápida, apresentou situações de construção e reconstrução, que proporcionou desenvolvimento significativo para toda a região, com uma movimentação econômica intensa, comércio expandido com outras regiões, a exemplo da instalação de estâncias de gado entre outras atividades produtivas e comerciais, o que remetia a um crescimento contínuo da população. O crescimento populacional geralmente leva a atividades culturais, justamente o que aconteceu com Bagé, tornando-se um centro cultural importante. Em 1863, já havia a Sociedade Teatral Thalia e a Orquestra Sinfônica. Em 1872, construiu-se o teatro 28 de setembro, considerado um dos mais bonitos do interior do estado. E em 1888, foi criada a sociedade literária culto às letras.

Em 1864 inicia-se talvez um dos mais terríveis conflitos da história da América Latina, a Guerra do Paraguai, a qual persistiu até abril de 1870. Em um contexto geral, a guerra do Paraguai é caracterizada pela terrível quantidade de vidas perdidas, mas, especialmente, pelo genocídio do povo paraguaio por parte da tríplice coroa, mais especificamente pelo Brasil, que assassinou de forma irrestrita mulheres, crianças e

idosos, mesmo após constatada a impossibilidade do Paraguai se manter nas batalhas depois de arrasado o exército. Conta a História que Duque de Caxias, na época ainda Marquês de Caxias, declarou encerrada sua participação na Guerra do Paraguai em 1869, por considerar o país vizinho já sem condições de resistência, o que, por conseguinte, significou a recusa de manter a carnificina contra a população civil paraguaia. No entanto, sem escrúpulos, Conde D'Eu, casado com a princesa Isabel, aceitou a tarefa (Fagundes, 1995).

Entretanto, o caso da Guerra do Paraguai é importante para a cidade de Bagé, uma vez que a cidade contribuiu com quantidade relevante de soldados, assim como foi reduto de concentração das tropas, vindo até mesmo a formar o 35º Batalhão de Voluntários da Pátria, constituído essencialmente por soldados de Bagé.

Certamente, qualquer guerra tem efeitos devastadores, independentemente do lado que se defende. Mas em busca por parcimônia, já que o foco da pesquisa não é a crítica sobre a guerra, pode-se ponderar que a Guerra do Paraguai surtiu o efeito de atração populacional para a cidade de Bagé, em mais um fluxo migratório de pessoas de diferentes regiões do país e de diferentes origens sociais, o que, mais uma vez, contribuiu para a intensificação da produtividade local.

A região passa por tranquilidade do fim da Guerra do Paraguai até 1893, quando explode a Revolta Federalista. Nesse interstício de tempo, deve-se pontuar que dos diferentes desenvolvimentos de Bagé, o cultural foi de maior significância para o cenário regional. A chegada do Telégrafo nacional, em 1881, não é exatamente um evento cultural, todavia representa a comunicação, ligando Bagé a outras regiões do mundo, o que oportuniza conhecimentos e interesses culturais. Dois anos depois da chegada do Telégrafo Nacional, já havia a biblioteca do Clube Caixeiral, com 1600 títulos, quantidade relevante para a época e localidade. Do mesmo modo, também havia sido fundada a Sociedade Protetora dos Artistas (Fagundes, 1995).

Como anunciado, em 1893 estourava a Revolta Federalista (1893-1895), luta fratricida e sangrenta deflagrada exclusivamente por motivos de natureza política e ressentimentos recíprocos, que colocou em confronto os federalistas chefiados por Gaspar Silveira Martins – filho desta terra, conselheiro do império, governador do estado, tribuno e político – e as forças do partido republicano riograndense, comandadas por Júlio de Castilho – ardoroso defensor do regime republicano e seguidor fiel da doutrina positivista de Augusto Comte (Lemieszek; Garcia, 2020).

Assim, a partir dessa breve contextualização histórica, abarcando aspectos políticos e geográficos, é que a cidade de Bagé ficou conhecida como a Rainha da Fronteira.

Contemporaneamente, a cidade mantém sua importância, por exemplo, com uma população de 120 mil habitantes, estando tão próxima da capital do estado quanto da capital do Uruguai, sediando diferentes órgãos governamentais. O IDH municipal é de 0,8, o IDH renda é de 0,72 e o IDH educação alcança 0,9.(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022).

2.2 ANTENOR GONÇALVES PEREIRA - UMA FIGURA DE SEU TEMPO

O patrono da escola técnica comercial de Bagé, Antenor Gonçalves Pereira, nasceu em Bagé ,no ano de 1908, em família economicamente modesta. Não se tem informações suficientes sobre a organização moral, social e emocional de sua família, mas é sabido que Antenor e seus irmãos tiveram relativo sucesso em suas vidas. Inicialmente, cursou o chamado primário, logo ingressando como funcionário na empresa Rodrigues e Irmãos, permanecendo por lá até 1930. Deixou esse primeiro emprego para fundar a sua própria empresa, nomeada de Casa Mundial. Ao longo dos anos, transformou e expandiu a atuação da empresa, tornando-se Casa Mundial Ferragens e Representações.

Figura 7 – Antenor Gonçalves Pereira

Fonte: Arquivo público de Bage (2025)

Nessa época, Antenor Gonçalves já era advogado, mas era mais popularmente conhecido por sua atuação amadora no jornalismo, com os programas “Crônica do dia” e “Em dia com Bagé” na Rádio Cultura[4], também na cidade de Bagé/RS, haja vista que atingia um número maior de pessoas com essa atividade, justamente por serem programas de reivindicações populares. Nessas oportunidades, no jornalismo amador, era bastante comum abordar temas educacionais e enfatizar a sua crença na educação como caminho transformador, tanto do sujeito quanto da sociedade.

Por sua popularidade, alcançou o cargo público eletivo de vereador, o que oportunizou algumas de suas ações para a coletividade, como a fundação da uma faculdade de ciências econômicas e do Colégio Técnico Comercial de Bagé. Ainda, foi advogado, professor, contador e comerciante. A Faculdade de Ciências Econômicas de Bagé foi fundada em 19 de novembro de 1953 pela Associação de Cultura Técnica e Econômica (ABCTE). Essa instituição marcou o início do ensino superior na cidade e foi um dos pilares para a criação da atual Universidade da Região da Campanha (URCAMP).

Quanto à Escola Técnica Comercial de Bagé, o Geteco, foi fundado em 1957, consolidando-se como referência na formação de profissionais nas áreas de Administração, Contabilidade e Transações Imobiliárias

Faz-se necessário mencionar, ainda, que foi o criador do curso feminino de contabilidade, sendo uma das ações que mais transformaram os aspectos sociais da região, uma vez que colocava a mulher como centralidade no mundo do trabalho, oportunizando independência e emancipação em uma época fortemente conservadora. Finalmente, também foi o fundador da Associação Artística mantenedora da Orquestra Sinfônica de Bagé.

Deve-se pontuar, finalmente, que Antenor Gonçalves através de suas palavras e ações, tinha forte indícios de que seguia a corrente filosófica anterior a sua geração, mas que ainda vigorava com força na sociedade de meados do século XIX, especialmente no sul do país, tradicionalmente reduto de facções políticas conservadoras e, em casos extremos, emancipacionistas.

[4] A fundação da Rádio Cultura de Bagé ocorreu às 10 horas da manhã do dia 4 de julho de 1946, por iniciativa de Atahualpa Dias. Reconhecida como a primeira emissora radiofônica do município, passou a ser conhecida como “A Pioneira” na cidade de Bagé, situada na região denominada Rainha da Fronteira.

Na década de 1960–1970, o Partido Social Democrático (PSD) do Rio Grande do Sul, já nacionalmente extinto pelo AI-2 em 1965, conservou forte relevância regional — bastante marcada por traços conservadores e alianças estratégicas. O PSD gaúcho era considerado o mais “udenista” do país, ou seja, perfil conservador, alinhado à UDN e ao PL, em oposição ao PTB de aliança trabalhista. Após o golpe de 1964 e a implantação do bipartidarismo, seus quadros migraram em grande parte para a ARENA/PDS, o partido pró-regime militar.

Com o AI-2 em 1965, o PSD foi legalmente extinto e muitos de seus integrantes foram cooptados para a ARENA (pró-ditadura), mantendo influência política institucional. Ex-líderes do PSD tornaram-se militares-alinhados, assumindo cargos legislativos e executivos no novo regime. Desde o Estado Novo, o PSD usufruía de forte domínio da máquina pública, especialmente rural e municipal. Sua rede de apoios estendeu-se a associações locais, prefeituras e sindicatos — e manteve essa estrutura, mesmo após a mudança partidária.

O PSD no RS dos anos 1960–70 foi menos um partido partidário e mais um instrumento institucional de poder local, difundido no governo e nas bases regionais. Após sua dissolução, seus membros e práticas redesenharam a política gaúcha, migrando para a ARENA/PDS, na situação, ou para MDB/PDT, na oposição — mantendo, em essência, sua estrutura de influência e controle.

Nessa esteira, a trajetória política do Partido Social Democrático (PSD), apresenta importantes conexões com a filosofia positivista, especialmente no contexto da política brasileira do século XX. Embora o PSD não tenha se declarado formalmente adepto do positivismo, sua prática política e sua base ideológica revelam marcas compatíveis com essa corrente filosófica. Essas afinidades se evidenciam, sobretudo, no modo como o partido concebia a relação entre Estado e sociedade, na ênfase no progresso técnico-administrativo e na centralidade da ordem como fundamento da política nacional.

Nesse contexto, o PSD, composto em grande parte por líderes oriundos do funcionalismo público, técnicos da burocracia estatal e oligarquias regionais moderadas, revelou-se como um partido com sensibilidade para a racionalidade administrativa e o desenvolvimento técnico, duas marcas centrais do positivismo. Como observa Faoro (2001), o PSD ocupava um lugar central no espectro político brasileiro da época, representando os interesses da tecnocracia e da estabilidade institucional, o que dialoga com a ênfase cotidiana na ordem social como premissa

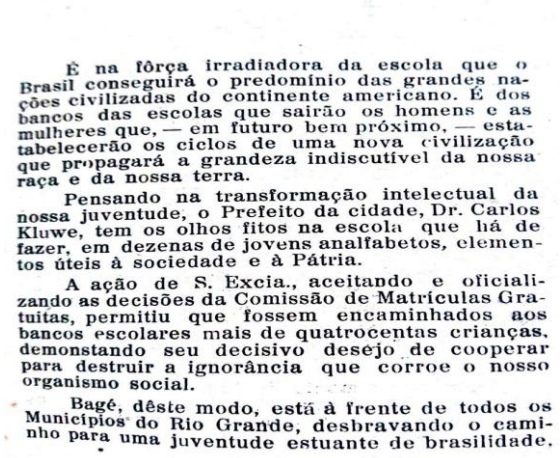
para o progresso.

Ainda que menos ideológico que seus pares (como a UDN ou o PTB), o PSD operava dentro de uma lógica de administração estatal eficiente e contínua, promovendo políticas de desenvolvimento sob orientação do planejamento centralizado. Essa prática se alinha ao positivismo em sua vertente "religiosa" brasileira, inspirada nos moldes de Benjamin Constant e outros pensadores da Escola Militar, que advogam um Estado forte, interventor e guiado por elites científicas e técnicas (Carvalho, 1996).

No Rio Grande do Sul, onde o positivismo teve presença institucionalizada através do Partido Republicano Riograndense (PRR), muitos dos quadros políticos e técnicos que mais tarde migraram para o PSD mantinham uma cultura política influenciada pelos ideais comtianos. Como explica Vieira (2008), essa herança filosófica se expressava em práticas como o culto à hierarquia, à disciplina e à organização racional da administração pública.

Por outra parte, concomitantemente com as intenções progressistas e ordeiras, incorreríamos em injustiça se não pontuássemos também suas intenções sociais, como a imagem apresentada abaixo, em que demonstra forte preocupação com o acesso à educação das crianças em condições de vulnerabilidade social. No que escreve, evidencia-se a crença que a educação para essas crianças é uma possibilidade de algum tipo de civilidade e desenvolvimento, mesmo que não mencione um leque democrático de possibilidades para essas crianças. Sempre que menciona a instrução para essas crianças pobres que não teriam acesso, pensa no benefício atrelado ao país, em um tom de vencer produtiva e economicamente, assim como em tom moralista, ao atrelar a educação ao desenvolvimento do caráter, mas sem delinear minimamente o que seria esse caráter e para quem ou que classe ele serviria .

Figura 8 – Reprodução do jornal Correio do Sul



É na fôrça irradiadora da escola que o Brasil conseguirá o predomínio das grandes nações civilizadas do continente americano. É dos bancos das escolas que sairão os homens e as mulheres que, — em futuro bem próximo, — estabelecerão os ciclos de uma nova civilização que propagará a grandeza indiscutível da nossa raça e da nossa terra.

Pensando na transformação intelectual da nossa juventude, o Prefeito da cidade, Dr. Carlos Kluwe, tem os olhos fitos na escola que há de fazer, em dezenas de jovens analfabetos, elementos úteis à sociedade e à Pátria.

A ação de S. Excia., aceitando e oficializando as decisões da Comissão de Matrículas Gratuitas, permitiu que fossem encaminhados aos bancos escolares mais de quatrocentas crianças, demonstando seu decisivo desejo de cooperar para destruir a ignorância que corroe o nosso organismo social.

Bagé, dêste modo, está à frente de todos os Municípios do Rio Grande, desbravando o caminho para uma juventude estuante de brasilidade.

Fonte: Arquivo Público de Bagé (2025)

Por fim, a notável trajetória de Antenor Gonçalves Pereira foi abruptamente interrompida por um trágico acidente, cuja repercussão gerou profunda comoção entre seus familiares e em toda a região. O impacto do ocorrido não se limitou ao âmbito pessoal, mas estendeu-se à esfera pública, dada a expressiva perda de um destacado defensor da educação, justamente no auge de suas mais significativas conquistas profissionais. A dimensão da tragédia foi amplamente noticiada pelos meios de comunicação da época, como evidenciam as imagens apresentadas a seguir, que registram a ampla cobertura dedicada ao episódio.

A figura a seguir dá destaque para o acidente aéreo ocorrido no dia (07/04/1957) na cidade de Bagé/RS.

Figura 9 : Notícias sobre o acidente que vitimou Antenor Gonçalves Pereira

8 DE ABRIL DE 1957 — FÔLHA DA TARDE — 13

BAGÉ CONTINUA ABALADA COM O PAVOROSO DESASTRE

EX-EMBAIXADOR ARGENTINO ENTRE AS VITIMAS DO PP-VCF

Fonte: Jornal Folha da tarde (1957)

A próxima imagem mostra a aeronave antes acidente.

Figura 10: Foto do avão Curtiss C-46 prefixo PP-VCF em 1957.

Fonte: Arquivo da Varig (1957)

Na sequência imagem dos destroços da aeronave.

Figura 11: Destroços da aeronave Curtiss C-46

Fonte: Arquivo da Varig (1957)

Nos dias que se seguiram ainda estava como manchete, nos principais jornais da região, a notícia do acidente aéreo na cidade de Bagé/RS.

Figura 12 : Acidente aéreo que vitimou Antenor Gonçalves Pereira

Correio do Sul

Pavoroso Acidente Aviatório Roubou a Vida De 10 Pessôas Na Manhã Trágica De Domingo, No Aeroporto Local

Entre as mortas o dr. Liberato V. Salzano da Cunha, Secretário da Educação, drs. Antenor Gonçalves Pereira, Júlio Paulo Wenner, Haroldo Nogueira Almeida, Carlos Alberto Viglano e Marianle Zuardi e sra. João Gonçalves Vieira e Valter Dias da Costa

Fonte: Jornal Correio do Sul (1957).

A cidade de Bagé, no estado do Rio Grande do Sul, lamentou profundamente a perda de um notável e comprometido vereador Antenor Gonçalves Pereira, cuja atuação política foi marcada por projetos voltados ao desenvolvimento regional por meio da educação e do trabalho. Embora nem todas as suas propostas tenham sido efetivadas, aquelas que foram concretizadas tiveram um impacto significativo, transformando a realidade de inúmeros jovens da época.

3 A ESCOLA IDEALIZADA

A partir de toda a contextualização apresentada até aqui acerca do processo de formação e desenvolvimento da escola formal, até culminar na necessidade de criação da escola técnica e comercial, constitui-se terreno consistente e fértil para se discutir a escola técnica de Comércio de Bagé – GETECO. Isso porque a GETECO é uma expressão local e regional do modelo de escola técnica e comercial que vinha sendo implementado no país. Assim, passaremos pelo contexto histórico de fundação da instituição, enfatizando suas características específicas, articuladas com as demandas locais e intencionalidades de seu fundador, Antenor Gonçalves Pereira.

3.1 A INSTITUIÇÃO ESCOLAR DE ENSINO TÉCNICO COMERCIAL DE BAGÉ

Na data de 18 de maio de 1957, por meio do Decreto do Ministério da Educação e Cultura, foi criada a Escola Técnica de Comércio de Bagé, com grande expectativa para o desenvolvimento comercial e industrial da cidade e da região sob influência do município de Bagé. O local escolhido para sua fixação foi o prédio da Escola Estadual Silveira Martins, oferecendo inicialmente os cursos técnicos de contabilidade e comercial básico. Para a administração geral da escola, criou-se a associação de cultura técnica e econômica de Bagé.

Dezesseis anos mais tarde, em decorrência de um incêndio no prédio inicial, que comprometeu parte das instalações, a escola foi reorientada para local próprio, e agora, constituindo-se também da Educação Básica a partir das séries iniciais do chamado até então de Primeiro Grau, correspondente ao atual Ensino Fundamental.

Primeiramente, mudou-se para a sede do Grupo Escolar Monsenhor Costábile Hipólito para, posteriormente, estabelecer o novo prédio localizado na rua Gomes Carneiro, 1455. A autorização de funcionamento foi fundamentada pela Portaria SEC nº 2576 de 03 de março de 1978. Nessa ocasião, já oferecia o primeiro e segundo grau, sendo, portanto, designada como Escola de 1º e 2º graus Dr. Antenor Gonçalves Pereira. Já no ano seguinte de sua fundação, progressivamente, a Escola Técnica de Comércio de Bagé foi sendo conhecida como Grêmio Escola Técnica de Comércio, vindo a se tornar popularmente conhecida como Geteco.

Nesse processo de estabelecimento, pela Portaria SEC 4151 de 23 de abril de 1973 e pelo Parecer 273/84 da unidade de regimentos escolares da supervisão técnica, foi aprovado o Regimento da escola, como o currículo de 1 a 8 séries do

ensino fundamental e para a habilitação de técnico em contabilidade e assistente de •administração. A figura abaixo, encontrada no arquivo público de Bagé/RS, no jornal Correio do Sul, mostrará a expectativa da cidade em torno da Escola Técnica do Comércio.

Figura 13 : Imagem da expectativa em torno da Escola técnica do comércio

Faculdade De Ciencias Econômicas De Bagé

A aula inaugural de 1957 – A presença do Professôr Temporani Pereira

Contará Bagé Com Uma Escola Técnica De Comércio Modelar

O seu imediato funcionamento - Direção – Professôres - Uma inovação que trará enormes benefícios - Outros detalhes

GEORGE TEIXEIRA GIORGIS

orreio oSul

5/3/1957 — Página 6

oletim

DIREÇÃO DA ESCOLA

CORPO DOCENTE

PATRIMÔNIO

Faculdade de Ciências Econômicas

Segundo Concurso de Habilitação

Garôtos Da ram-se N Curso Da C

BLOCO FAVORITO

Fonte: Jornal Correio do Sul (1957)

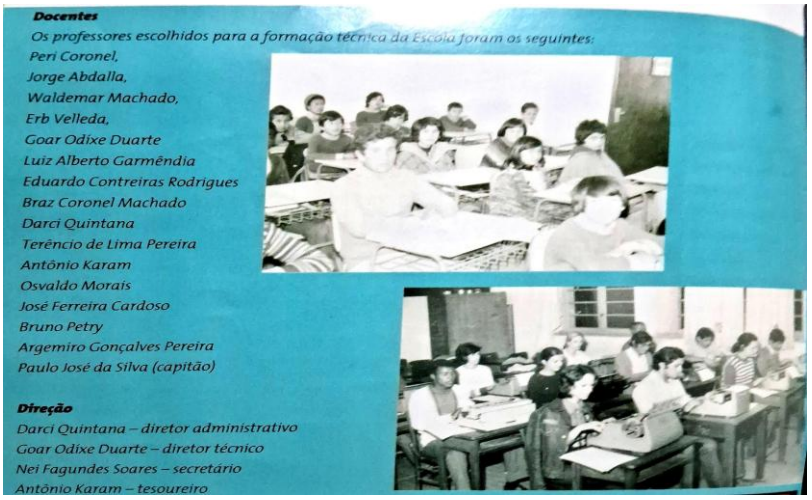
A escola, já em seus momentos pré-fundação, gerava grandes expectativas na população local. Na reportagem de Georges Teixeira Giorgis, de 05 de março de 1957, no jornal Correio do Sul, logo em seu início, evidencia-se o grande entusiasmo do jornalista, que, em alguma medida, pode ser uma forma de indício de toda uma mobilização regional em torno do fato. Já no subtítulo, o vocativo é, “uma inovação que trará enormes benefícios”. O uso do superlativo sugere as potencialidades do ensino técnico nesse momento da história do país.

Interessante perceber que, na mesma página do jornal, há também uma reportagem sobre a aula inaugural da faculdade de ciências econômicas de Bagé que não apresenta o mesmo destaque e entusiasmo como em relação à escola técnica. O destaque na reportagem sobre a faculdade é, pelo contrário, sobre o professor que ministrará a aula inaugural. Ou seja, é possível identificar indícios em que, no pensamento de época, o ensino técnico se apresentava mais relevante para a população geral, talvez sendo o curso superior mais restrito e exclusivista.

Nesse momento de inauguração, a direção administrativa e geral ficou sob a responsabilidade do doutor Darci Quintana. Já a direção técnica fica aos cuidados do professor Goar Odixe Duarte. Posteriormente, o estabelecimento de ensino terá como diretor Antenor Gonçalves Pereira, que virá a ser o mesmo nome da escola e tornando-se patrono.

Segundo as informações do jornalista, conseguidas junto a Nei Fagundes Soares, chefe de secretaria da escola em questão, que a previsão de matriculados nos três primeiros anos do curso técnico de contabilista será em torno de 100 estudantes. Considerando que o curso de contabilista tem duração normal de três anos, o fluxo de rotatividade de matriculados será de 100 por ano. Uma vez que a cidade de Bagé não é centralidade econômica ou industrial regional, por exemplo, uma escola técnica, na década de 1950, que é capaz de absorver 33 estudantes por ano em um único curso, representa simplesmente uma transformação profunda educacional para toda a região. Isso porque, como é sabido, a própria Educação Básica na época era de acesso restrito, ou seja, não havia a previsão legal de acesso universal.

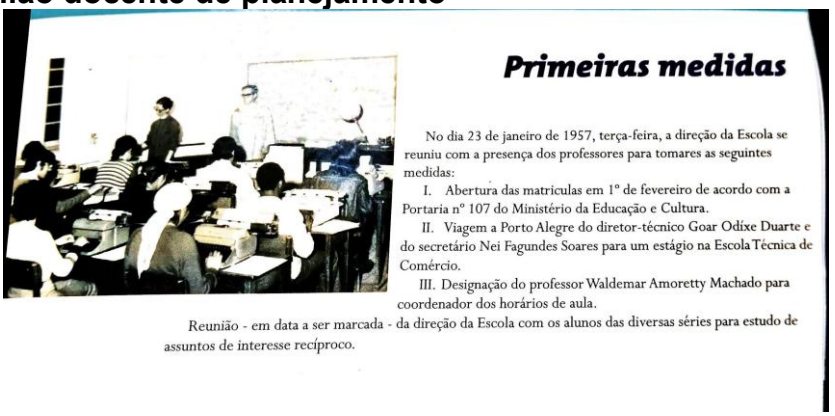
Figura 14 – Primeira reunião dos primeiros docentes



Fonte: Folheto informativo de aniversário de 50 anos da escola (1987)

Nessa ocasião, o colégio técnico dos padres salesianos, Colégio Espírito Santo, que oferecia o curso técnico de contabilista, exatamente no ano anterior, anunciou o encerramento de suas atividades, o que levou a uma demanda por tal curso, o que explicaria a expectativa do chefe de secretaria, sendo afirmado que deveria haver ao menos 33 inscritos por ano.

Figura 15 – Reunião docente de planejamento



Primeiras medidas

No dia 23 de janeiro de 1957, terça-feira, a direção da Escola se reuniu com a presença dos professores para tomares as seguintes medidas:

I. Abertura das matrículas em 1º de fevereiro de acordo com a Portaria nº 107 do Ministério da Educação e Cultura.

II. Viagem a Porto Alegre do diretor-técnico Goar Odíxe Duarte e do secretário Nei Fagundes Soares para um estágio na Escola Técnica de Comércio.

III. Designação do professor Waldemar Amoretty Machado para coordenador dos horários de aula.

Reunião - em data a ser marcada - da direção da Escola com os alunos das diversas séries para estudo de assuntos de interesse recíproco.

Fonte: Folheto informativo de aniversário de 50 anos da escola (1987)

O aspecto físico é bastante elogiado, sendo afirmado que todo o aparato material já está disponível e sendo necessária apenas a anuência do Dr. Álvaro Figueiredo Paz, coordenador do ensino comercial no Rio Grande do Sul, o qual inspecionou a adequabilidade das condições físicas do local. Mesmo que possa ser um momento de apreensão, uma vez que se caracteriza por ser uma vistoria, o jornalista George Teixeira demonstra bastante confiança, pontuando o perfeito estado do local, e ressaltando os materiais mais importantes, como sete máquinas de datilografia, duas máquinas de cálculo, uma máquina somadora e uma prensa.

Tanto por seu aparato físico e material, o que é divulgado é a modernidade da proposta do curso técnico da escola de Bagé, a qual, certamente, estará entre as melhores do país e, portanto, alçando o município e o estado aos mais altos patamares educacionais do país. É com esse entusiasmo que relata nosso jornalista George Teixeira:

A grande novidade é a inovação que trará a Bagé a escola técnica comércio será um escritório modelo, nos moldes da escola técnica de São Paulo e da de Bento Gonçalves em nosso estado, que são catalogadas como os estabelecimentos no gênero melhormente aparelhados no país (Correio do Sul, 1957, p. 6).

Esses escritórios modelos tinham a função de cumprir o papel de escritórios reais, com todas as suas rotinas cotidianas. Assim, o escritório da Escola técnica de comércio de Bagé teria três empresas fictícias, sendo um comércio varejista, com firma individual, um armazém atacadista, em sociedade por quotas por responsabilidade limitada e uma indústria com importações e exportações, sendo uma sociedade anônima.

Essas empresas fictícias, mas com funcionamento idêntico aos reais, serão compostas pelos estudantes, sob a supervisão de professores, os quais deverão se comunicarem entre si e estabelecer relações de comercialização. Essa prática era o que se tinha de mais inovador no país, o que, necessariamente, levava a altas expectativas.

Novamente, parece ser interessante reproduzir as palavras finais do jornalista Georges Teixeira, que, por seu entusiasmo, o tom do discurso passa do jornalístico para o militante: “Acontecendo isto, somando-se um a um, todos esses fatores, inquestionavelmente teremos em breve, ali, uma escola verdadeiramente exemplar, pronta para servir a rainha da fronteira e ao Rio Grande inteiro’ (Correio do Sul, 1957, p.6).

Figura 16 – Reportagem sobre a fundação da GETECO

Contará Bagé Com Uma Escola Técnica De Comércio Modelar

O seu imediato funcionamento - Direção - Professôres - Uma inovação que trará enormes benefícios - Outros detalhes

GEORGE TEIXEIRA GIORGIS

Já é uma realidade plenamente construída a Escola Técnica de Comércio de Bagé, fundada sob os auspícios da Associação Bageense de Cultura Técnica, presidida pelo dr. Antenor Gonçalves Pereira.

A novel instituição funcionará, á título precário, no prédio do G. E. Silveira Martins e preparativos intensos são até efetuados, a fim de que atinja os objetivos colimados. Passemos a descrever-lhe as mínimas particularidades.

DIREÇÃO DA ESCOLA

Será diretor responsável e administrativo da Escola Técnica de Comércio de Bagé o dr. Dorel Quintana. A direção técnica competirá ao prof. Goar Odixe Duarte.

CORPO DOCENTE

Farão parte do corpo docente os seguintes regentes: Peri Coronel (Português), Jorge Abdala (Inglês), Valdemar A. Machado (Matemática e Estatística), Elb Veleda (Física e Química), Goar Odixe Duarte (Contabilidade Geral), Luiz A. Garmendia (Mecanografia), Eduardo Contreiras Rodrigues (Elem. de Economia Política e Geografia Humana do Brasil), Brás Corveni Machado (Biologia Geral), Paulo José da Silva (Organização Técnica e Comercial e Contabilidade Pública), Terêncio Pereira (Contabilidade Comercial), Antônio Karam (Merceologia), Osvaldo Costa Morais (Prática Jurídica e Comercial), José Ferreira Cardoso (História Administrativa e Econômica do Brasil), Bruno Petry (Contabilidade Industrial), Argemiro Gonçalves Pereira (Contabilidade Bancária).

A FREQUENCIA DE ÉFIGONOS

Conforme informações que nos adiantou o contador Nei Fagundes Soares, a quem está afeta a chefia da Secretaria do novel estabelecimento, o número de alunos inscritos e matriculados, pelos dados atuais, provàvelmente ultrapassará a casa de uma centena, para os três anos de que se integra o currículo de contabilista. Convém ressaltar que os beneméritos Padres Salesianos encerraram as atividades de seu curso técnico. E que o Colégio Espírito Santo manterá, em 1957, apenas os segundo e terceiro ano de Contabilidade, já que é pensamento das desveladas Irmãs Franciscanas extinguí-la paulatinamente. Daí se inferir que a Escola Técnica de Comércio de Bagé será a única no gênero, em nossa cidade, daqui a dois anos.

O início do ano letivo está assentado para fins desta semana, assim que venha a Bagé o dr. Alvaro de Figueiredo Paz, coordenador do ensino comercial no Rio Grande do Sul, S. s. impacionará às acomodações e disposições do educandário, que estão sendo cuidadosamente preparadas.

PATRIMONIO

Em palestra que entabolamos, no próprio local de trabalho, com o sr. Goar Odixe Duarte, diretor técnico da Escola, e com o secretário da mesma, sr. Nei Fagundes Soares, tomamos conhecimento de que há ali, compradas, um sem número de mesas e armários para o perfeito funcionamento dos laboires da Secretaria e aulas. Já estão adquiridos gabinetes de Física e Química, com salas especiais, o mesmo acontecendo com as cadeiras de Geografia e Fisiologia Geral. O sistema de quadros murais será amplamente utilizado. Já possui o instituto 7 máquinas de datilografia, 2 de cálculo, uma somadora e uma prensa.

O ESCRITÓRIO-MODELO

A grande novidade e a inovação que trará a Bagé a Escola Técnica de Comércio será um escritório-modêlo, nos moldes do da Escola Técnica de São Paulo e da de Bento Gonçalves, em nosso Estado, que são fatalogadas como os estabelecimentos no gênero melhormente aprelhados no país. Consoante declarações que nos exteriorizou o sr. Goar Odixe Duarte, todas as providências para essa aquisição já foram efetadas. Dentro do próprio escritório-modêlo organizar-se-ão três firmas fictícias, sendo um armazém varejista, com firma individual; um armazém atacadista, em sociedades por quotas de responsabilidade limitada; e uma Indústria, com exportação e importação, em fórma de sociedade anônima. Cada uma delas terá e contará com a colaboração de alunos do primeiro, segundo e terceiro ano, pela ordem respectiva. Trocarão correspondências, estipularão contratos, comercializarão, etc., como na vida real surgirão. Em cada setor de atividade estará atento o ensinamento do professor de uma e outra matéria. E, pelo que se nota, nossos futuros contabilistas sairão dali largamente aptos a adentrar-se extral é que a Escola Técnica de Comércio de Bagé, que irá funcionar no edifício do G. E. Silveira Martins, sob os augúrios da Associação Bageense de Cultura Técnica, se constituirá em um moderno estabelecimento, possuindo todos os requisitos exigidos para que alcance as finalidades almejadas. Itá de contar ela, sem sombra de dúvida, com o incentivo e o alento de nossas classes dirigentes e produtoras, com o prestígio da população local e de municípios vizinhos e com a freqüência volumosa da juventude bageense de ambos os sexos. Acontecendo isto, somando-se um a um todos êstes fatôres, inquestionàvelmente teremos em breve, ali, uma escola verdadeiramente exemplar, pronta para servir à "Rainha da Fronteira" e ao Rio Grande inteiro.

Faculdade de Ciências Econômicas

Segundo Concurso de Habilitação de 1957

BLOCO FAVORITO DA CID

Garôtos Da Ba ram-se No Se curso Da Cerve

Foi efetuada ante-ontem a última apuração do sensacional Concurso Carnavalesco, organizado pela Rádio Difusora «A Voz de Bagé», sob o alto patrocínio da Cerveja Caneca Escura, distribuída nesta cidade pela firma Jorge Mansur & Cia. Ltda., que vem se destacando nos últimos anos pela grande animação que vem dando no Carnaval popular da cidade.

O pleito organizado pela «Matos» correspondeu ampliamente a expectativa, transcorrendo animadamente, ficando todos os participantes bastante satisfeitos com o desenrolar do mesmo que assumiu a sensacional vitória do

Fonte: Jornal Correio do Sul (1957)

A aula inaugural aconteceu em 07 de março de 1957, também foi tratada com considerável vultuosidade, com diferentes convidados considerados ilustres do meio político e econômico do Rio Grande do Sul. Ocorreu no auditório do grupo escolar Silveira Martins.

Figura 17 – Convite para o evento de inauguração

Escola Técnica de Comércio de Bagé

CONVITE

A Direção da ESCOLA TECNICA DE COMERCIO DE BAGE' tem o prazer de convidar as autoridades civis, militares e eclesiasticas, as classes liberais, o magistério e os estudantes e a sociedade bagéense, bem como o povo em geral, para a solenidade da Aula Inaugural, que será proferida hoje, ás 20,30 horas no Auditório do Grupo Escolar Silveira Martins, pelo ilustre Prof. Alvaro de Figueiredo Paz, Coordenador do Ensino Comercial no Rio Grande do Sul.

A DIREÇÃO.

N. 36099

Fonte: Arquivo público de Bagé ( )

Dentre esses personagens, pode-se citar, por exemplo, o coordenador do ensino de comércio do Rio Grande do Sul, Álvaro de Figueiredo Paz. Nessa oportunidade, pontuou a importância da escola técnica de Bagé, com sua magnitude, tendo em vista um momento conjuntural nacional de crise comercial. Em seu discurso, coloca a escola técnica e a profissão de contabilista como elementares na superação da crise econômica e industrial.

Figura 18 – Evento de inauguração

Revestiu-se De Grande Brilho a Aula Inaugural Da Escola Técnica De Comercio De Bagé

Dois aspectos da aula inaugural da Escola Técnica de Comércio, realizada anteontem à noite no Auditório do G. E. Silveira Martins. Em cima, a Mesa que presidiu os trabalhos. Em baixo, um panorama parcial da assistência.

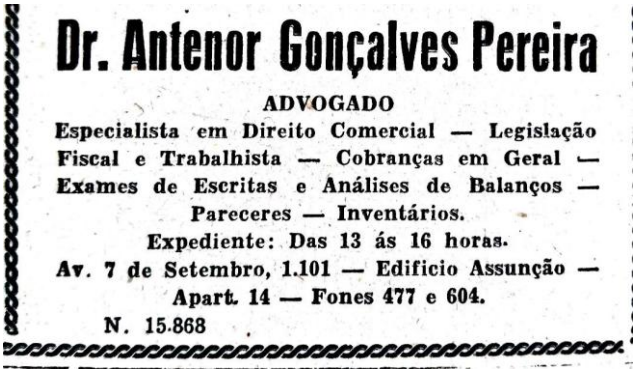
Serão Entregues Hoje Os Prêmios Aos Blocos Vencedores Do Concurso Casco Escuro

As 21 horas a solenidade no coréto armado na Av. 7 - Grande entusiasmo em tôrno do grande acontecimento

Fonte: Jornal Correio do Sul (09/03/ 1957)

Segundo consta em documentação própria oficial e em reportagens jornalísticas de época, desde os primórdios da escola, o nome de Antenor Gonçalves Pereira, por ter sido o principal idealizador, designava a escola. Antenor Gonçalves era um conhecido advogado da região, especialista em direito comercial, legislação fiscal e trabalhista, cobranças em geral, exames de escrita e análise de balanço, pareceres e inventários.

Figura 19 – Anúncio dos serviços advocatícios de Antenor Gonçalves Pereira



Fonte: Arquivo público de Bagé ( )

Em um panorama geral, a atmosfera em torno da escola técnica comercial de Bagé coincidia com as noções e expectativas sobre esse tipo de ensino que pairava no país. Talvez o aspecto que deve ser ressaltado é que o ensino superior universitário ainda era algo muito restrito a classes enriquecidas, havendo poucas faculdades no Brasil, sendo a maioria delas voltadas para essas classes favorecidas, como medicina e direito. Ademais, a alta sociedade buscava universidades fora do país, especialmente na Europa. Assim, o Ensino Básico, desde o início do século, era considerado suficiente para a classe trabalhadora, de modo a atender as demandas que se exigiam da força de trabalho, em produções essencialmente de manufaturas, comerciais e agrícolas.

Em um segundo aspecto elementar para se entender como se concebia a divisão educacional da época, deve-se considerar que foi justamente em meados do século XIX que o Brasil iniciava o processo de transição das características interioranas para urbana, o que significava, por sua vez, maiores atenções e investimentos nas produções industriais e comerciais. Nesse contexto, novas concepções são desenvolvidas, como é o exemplo da importância da educação técnica e profissional para atendimento das demandas imediatas.

Apenas retomando o que já fora ratificado anteriormente, na década de 1960, a educação técnica e profissionalizante no Brasil passou por mudanças significativas, influenciadas por transformações sociais, econômicas e políticas. Algumas das principais concepções e importância dessa modalidade de ensino nesse período foi a concepção de formação para o mercado de trabalho. A educação técnica era vista, portanto, como uma forma de qualificar trabalhadores para atender às demandas da industrialização crescente, promovida principalmente pelo modelo desenvolvimentista

da época.

Ainda retomando e contextualizando esse panorama geral, havia uma dualidade educacional, em que o ensino técnico era direcionado às camadas populares, enquanto o ensino regular e superior eram mais acessíveis às elites. Com o avanço da industrialização no Brasil, havia uma necessidade urgente de trabalhadores qualificados em áreas técnicas, como metalurgia, mecânica e eletricidade. Posteriormente, percebeu-se que tal dinâmica era influência direta dos Estados Unidos da América. A partir do Acordo MEC-USAID (1964), houve uma tentativa de reformular o ensino brasileiro, com ênfase na formação de mão de obra para o setor produtivo, reduzindo o viés humanista da educação.

Ao fim e ao cabo, a década de 1960 foi um período de grandes mudanças na educação profissional brasileira, preparando o terreno para as reformas que viriam posteriormente, como a Lei 5.692/1971, que tornou obrigatório o ensino profissionalizante no nível médio. Nesse sentido, algumas correntes historiográficas apontam que o ensino técnico também serviu como um mecanismo de controle social, direcionando as classes populares para funções operacionais e limitando seu acesso ao ensino superior e à mobilidade social.

Em ocasião seguinte, já na década de 1970, autorizado pela Portaria nº 03857, da Secretaria de Educação e Cultura, de 09 de abril de 1973, e posteriormente pelo parecer 405 de 1997 e 316 de 1998, e com início em agosto de 1998, implementou-se o curso Técnico de Transações Imobiliárias - T.T.I.

É importante que se pontue que, segundo o arcabouço legal, o Ensino Médio, na ocasião nomeado de segundo grau, não é vinculado ao ensino técnico e, portanto, deve ser oferecido separadamente. Essa previsão aparece de forma mais enfática na própria Lei de Diretrizes e Bases, Lei 9394/96 e no Decreto Federal nº 2208/97, que regulamenta as habilitações de segundo grau. Nesse sentido, pelo oferecimento desvinculado da Educação Básica e do Ensino técnico, a escola técnica passou a se chamar, como mencionado, Colégio Dr. Antenor Gonçalves Pereira.

De modo geral, o colégio funcionou satisfatoriamente até a virada do século, atendendo as demandas das localidades e da região. Entretanto, no ano de 2001, a administração da escola alega dificuldades financeiras e deixa de oferecer o Ensino Médio. Como possível solução, a associação mantenedora busca estabelecer convênios e parcerias com a prefeitura de Bagé, de modo que garanta o funcionamento do colégio em sua integralidade e assegurando os empregos dos

funcionários.

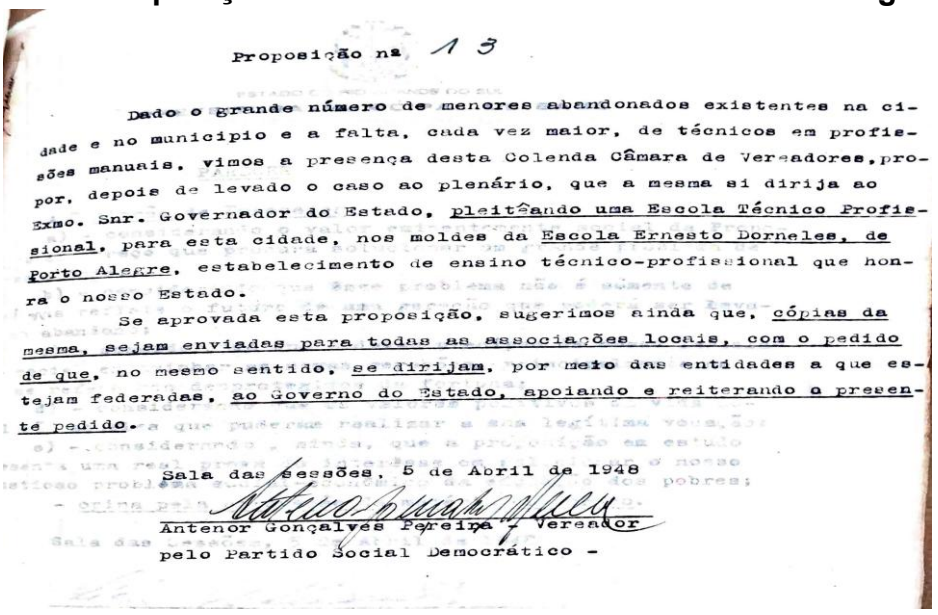
Por meio do projeto de Lei nº 178 de 2001, o município autoriza o firmamento de convênios com a associação mantenedora. Frente a essa nova realidade de reformulação, por meio da Portaria de convênio 1873/01 e pela Lei municipal 3755/01, institui-se a Escola de Ensino Fundamental Dr. Antenor Gonçalves Pereira. Nesse momento, foi necessário ainda que se autorizasse a contratação de servidores de forma emergencial, no atendimento exclusivo da referida escola.

3.2 AS FONTES - OLHARES SOBRE A ESCOLA DE ENSINO TÉCNICO COMERCIAL DE BAGÉ

O presente capítulo dedica-se à seleção e análise dos materiais mais relevantes para a compreensão dos objetivos e para a estruturação da narrativa histórica concernente ao processo de criação da Escola Técnica do Comércio Antenor Gonçalves Pereira.

A primeira evidência histórica sobre a criação da escola foi localizada no arquivo público de Bagé/RS, na data de cinco de abril de 1948. Trata-se de uma proposição enviada à Câmara Municipal e que fala sobre a necessidade de criação de uma escola técnica capaz de formar para atividades manuais, considerando o grande número de jovens menores de idade abandonados na cidade de Bagé/RS. O documento é apresentado na sequência:

Figura 20: Proposição enviada à Câmara de Vereadores de Bagé/RS.



Proposição nº 13

Dado o grande número de menores abandonados existentes na cidade e no municipio e a falta, cada vez maior, de técnicos em profissões manuais, vimos a presença desta Colenda Câmara de Vereadores, propor, depois de levado o caso ao plenário, que a mesma si dirija ao Exmo. Snr. Governador do Estado, pleitêando uma Escola Técnico Profissional, para esta cidade, nos moldes da Escola Ernesto Dorneles, de Porto Alegre, estabelecimento de ensino técnico-profissional que honra o nosso Estado.

Se aprovada esta proposição, sugerimos ainda que, cópias da mesma, sejam enviadas para todas as associações locais, com o pedido de que, no mesmo sentido, se dirijam, por meio das entidades a que estejam federadas, ao Governo do Estado, apoiando e reiterando o presente pedido.

Sala das Sessões, 5 de Abril de 1948

Antenor Gonçalves Pereira - Vereador
pelo Partido Social Democrático -

Fonte: Arquivo Público (1948)

Mais de uma década antes da sua criação, a Escola Técnica do Comércio Antenor Gonçalves Pereira já era uma aspiração do seu idealizador, o vereador Antenor Gonçalves Pereira, de instalar uma escola técnica no município considerando a situação mencionada nas fontes anteriores sobre os jovens bageenses e a falta de perspectiva de um futuro dos mesmos.

É possível ver, através da citação abaixo, que Antenor, em suas concepções, sempre viu na educação uma oportunidade emancipatória do indivíduo, repercutindo de imediato no meio em que vive. O mesmo possuía uma coluna no Jornal Correio do Sul na qual relatava suas aspirações e realizações como legislador. Este fragmento extraído de uma de suas matérias, sobre as realizações que se sucederam, foi o pensamento que levou à concretização de elevar a educação a vários níveis, como posteriormente abertura da escola técnica do comércio e a faculdade de ciências contábeis.

> É na força irradiadora da escola que o Brasil conseguirá o predomínio das grandes nações civilizadas do continente americano. É dos bancos das escolas que sairão os homens e as mulheres que, - em futuro bem próximo, - estabelecerão os ciclos de uma nova civilização que propagará a grandeza indiscutível da nossa raça e da nossa terra. Pensando na transformação intelectual da nossa juventude, o Prefeito da cidade, Dr. Carlos Kluwe, tem os olhos fixos na escola que há de fazer, em dezenas de jovens analfabetos, elementos úteis à sociedade e à Pátria […] (Pereira, 1949).

As palavras de Antenor Gonçalves, sempre muito coerentes com sua visão política de alavancar o crescimento do município e da nação através da educação formal (oferecida pelas instituições de ensino,), fazem-se presentes em todos seus os discursos, conforme é possível ver no trecho acima a impressa constrói uma narrativa, demonstrando que a criação da Escola Técnica do Comércio em Bagé era mais que um sonho de seu idealizador e sim uma necessidade. Nesse ponto, passa-se a elencar os achados da pesquisa sobre as primeiras movimentações sobre a organização da escola. Essa fonte é um marco nas realizações que se sucederam e foi o pensamento que levou à concretização de elevar a educação a vários níveis, como posteriormente a abertura da escola técnica do comércio e a faculdade de ciências contábeis.

Na figura a seguir, o documento encontrado estava no arquivo público, no jornal Correio do Sul, e anuncia as estratégias de abertura da Escola do Comércio no município de Bagé/RS.

Figura 21 - Anúncio sobre o período de matrículas da escola.

Escola Técnica de Comércio de Bagé

NOTA

A Direção da Escola Técnica de Comércio de Bagé, por nosso intermédio, comunica aos senhores alunos candidatos à matricula nêste estabelecimento de ensino comercial, que, em vista de determinação superior, as referidas matriculas encerrar-se-ão a 10 de março vindouro.

Bagé, 25 de fevereiro de 1957.

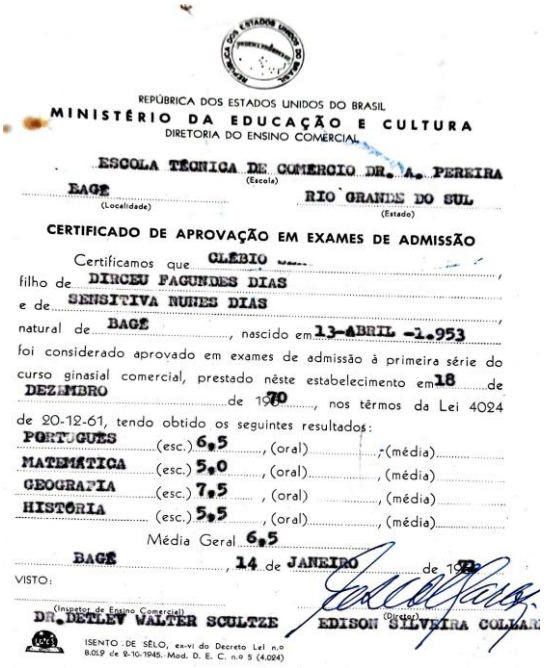
NEY FAGUNDES SOARES.
Secretario.

N. 35959

Fonte: Jornal Correio do Sul de 25 de fevereiro de 1957

No verão de 1957, a escola, mesmo ainda sem a autorização para o seu pleno funcionamento, já se preparava para começar as matrículas e, assim, o processo de admissão dos futuros alunos, conforme é possível verificar no documento acima, sendo uma chamada em anúncio do jornal Correio do Sul, para matrículas de eventuais interessados.

Figura 22 – Certificado de aprovação em exame de admissão, com provável data de 14 de janeiro de 1953



REPÚBRICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
DIRETORIA DO ENSINO COMERCIAL

ESCOLA TÉCNICA DE COMERCIO DR. A. PEREIRA (Escola)
BAGÉ (Localidade) RIO GRANDE DO SUL (Estado)

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EM EXAMES DE ADMISSÃO

Certificamos que CLÉBIO, filho de DIRCEU FAGUNDES DIAS e de SENSITIVA NUNES DIAS, natural de BAGÉ, nascido em 13-ABRIL-1.953 foi considerado aprovado em exames de admissão à primeira série do curso ginasial comercial, prestado nêste estabelecimento em 18 de DEZEMBRO de 1970, nos têrmos da Lei 4024 de 20-12-61, tendo obtido os seguintes resultados:

PORTUGUES (esc.) 6,5, (oral) , (média)
MATEMÁTICA (esc.) 5,0, (oral) , (média)
GEOGRAFIA (esc.) 7,5, (oral) , (média)
HISTÓRIA (esc.) 5,5, (oral) , (média)

Média Geral 6,5

BAGÉ, 14 de JANEIRO de 19

VISTO:

(Inspetor de Ensino Comercial) DR. DETLEV WALTER SCULTZE
(Diretor) EDISON SILVEIRA COLLAR

ISENTO DE SÊLO, ex-vi do Decreto Lei n.o 8.013 P de 16-10-1945. Mod. D. E. C. n.o 5 (4.024)

Fonte: Arquivo público Municpal ().

O certificado acima reafirma o que foi argumentado anteriormente, em que a escola comercial de Bagé, não se limitava apenas aos ensinos e conteúdos técnicos, sendo necessário, para ingresso, apresentar proficiência razoável em diferentes áreas da educação básica, como Língua Portuguesa, Matemática, Geografia e História.

Na figura seguinte, em outro anúncio do jornal Correio do Sul, demonstra-se a expectativa da localidade com a inauguração da escola de comércio, pontuando as possibilidades que se abrem para a cidade com essa iniciativa. Novamente, fica evidente a importância para a região e para a localidade a presença de uma escola técnica comercial, haja vista ser o final da década de 1950, de grande motivação e perspectiva desenvolvimentista.

Figura 23: Anúncio à comunidade a respeito da Escola Técnica do Comércio

Contará Bagé Com Uma Escola Técnica De Comércio Modelar

O seu imediato funcionamento - Direção - Professôres - Uma inovação que trará enormes benefícios - Outros detalhes

GEORGE TEIXEIRA GIORGIS

Já é uma realidade plenamente construída a Escola Técnica de Comércio de Bagé, fundada sob os auspícios da Associação Bageense de Cultura Técnica, presidida pelo dr. Antenor Gonçalves Pereira.

A novel instituição funcionará, á título precário, no prédio do G. E. Silveira Martins e preparativos intensos são all efetuados, a fim de que atinja as objetivos colimados. Passemos a descrever-lhe as mínimas particularidades.

DIREÇÃO DA ESCOLA

Será diretor responsável e administrativo da Escola Técnica de Comércio de Bagé o dr. Dirce Quintana. A direção técnica competirá ao prof. Cesar Odisse Duarte.

CORPO DOCENTE

Parte do corpo docente os seguintes regentes: Peri Coronel (Português). Jorge Abdala (Inglês). Valdemar A. Machado (Matemática e Estatística). Elb Veleda (Física e Química). Cesar Odisse Duarte (Contabilidade Geral). Luiz A. Carmendia (Mecanografia). Eduardo Contreiras Rodrigues (Elem. de Economia Política e Geografia Humana do Brasil). Brás Coronel Machado (Biologia Geral). Psicólo José da Silva (Organização Técnica e Comercial e Contabilidade Pública). Teresinha Pereira (Contabilidade Comercial). Antônio Karan (Merceologia). Osvaldo Cagia Morais (Prática Juridica e Comercial). José Ferreira Cardoso (História Administrativa e Econômica do Brasil). Bruno Petry (Contabilidade Industrial). Argemiro Gonçalves Pereira (Contabilidade Bancária).

A FREQUENCIA DE EPIGONOS

Conforme informações que nos adiantou o contador Nei Fagundes Soares, a quem está afeta a chefia da Secretaria do novel estabelecimento, o número de alunos inscritos e matriculados, pelos dados eluais, provàvelmente ultrapassará a casa de uma centena, para os três anos de que se integra o curriculo de contabilista. Convém ressaltar que os beneméritos Padres Salesianos encerraram as atividades de seu curso técnico. E que o Colégio Espírito Santo manterá, em 1957, apenas os segundo e terceiro ano de Contabilidade, já que é pensamento dos devotados Irmãos Franciscanas extinguí-lo paulatinamente. Daí se inferc que a Escola Técnica de Comércio de Bagé será a única no gênero, em nossa cidade, daqui a dois anos.

O início do ano letivo está assentado para fins desta semana, assim que venha a Bagé o dr. Alvaro de Figueiredo Paz, coordenador do ensino comercial no Rio Grande do Sul. E, imporcionará às acomodações e disposições do educandário, que estão sendo cuidadosamente preparadas.

PATRIMONIO

Em palestra que entabolou mos, no próprio local de trabalho, com o sr. Cesar Odisse Duarte, diretor técnico da Escola, e com o secretário da mesma, sr. Nei Fagundes Soares, tomamos conhecimento de que h) ali, comprados, um sem número de mesas e cadeiras para o perfeito funcionamento dos labores da Secretaria e salas. Já estão adquiridos gabinetes de Física e Química, com salas especiais, o mesmo acontecendo com as cadeiras de Geografia e Biologia Geral. O sistema de quadros murais será assàzmente utilizado. Já possui o instituto 7 máquinas de datilografia, 2 de cálculo, uma somadora e uma prensa.

O ESCRITÓRIO-MODELO

A grande novidade e a inovação com trará a Bagé a Escola Técnica de Comércio será um escritório-modêlo, nos moldes do da Escola Técnica de São Paulo e da de Benito Gonçalves, em nosso Estado, que são fatalmente como os estabelecimentos no gênero melhormente aparelhados no país. Consoante declarações que nos exteriorizou o sr. César Odisse Duarte, tôdas as providências para essa aquisição já foram efetuadas. Dentro do próprio escritório-modêlo organizar-se-ão três firmas fictícias, tendo um armazém varejista, com firma individual; um armazém atacadista, em sociedades por quotas de responsabilidade limitadas; e uma indústria, com exportação e importação, em forma de sociedade anônima. Cada uma delas terá e contará com a colaboração de alunos do primeiro, segundo e terceiro ano, pela ordem respectiva. Trocarão correspondências, estipularão contratos, comercializarão, etc., como na vida real sucede. Em cada setor de atividade estará atento o ensinamento do professor de uma e outra matéria. E, pelo que se nota, nossos futuros contabilistas sairão dali largamente aptos a adentrar se cetral é que a Escola Técnica de Comércio de Bagé, que irá funcionar no edifício do G. E. Silveira Martins, ao sugerirmos da Associação Bageense de Cultura Técnica, se constituirá em um moderno estabelecimento, possuindo todos os requisitos exigidos para que alcance as finalidades elme]adas. Há de contar ela, sem sombra de dúvida, com o incentivo e o alento de nossas classes dirigentes e produtoras, com o prestígio da população local e de municípios vizinhos e com a freqüência volumosa da juventude bageense de ambos os sexos. Aconteceudo isto, somando-se um à um todos êstes fatôres, inquestionàvelmente teremos em breve, aqui, uma escola verdadeiramente exemplar, pronta para servir à "Rainha da Fronteira" e ao Rio Grande inteiro.

Faculdade de Ciências Econômicas

Segundo Concurso de Habilitação de 1957

BLOCO FAVORITO DA CID

Garôtos Da Ba ram-se No Ser curso Da Cervej

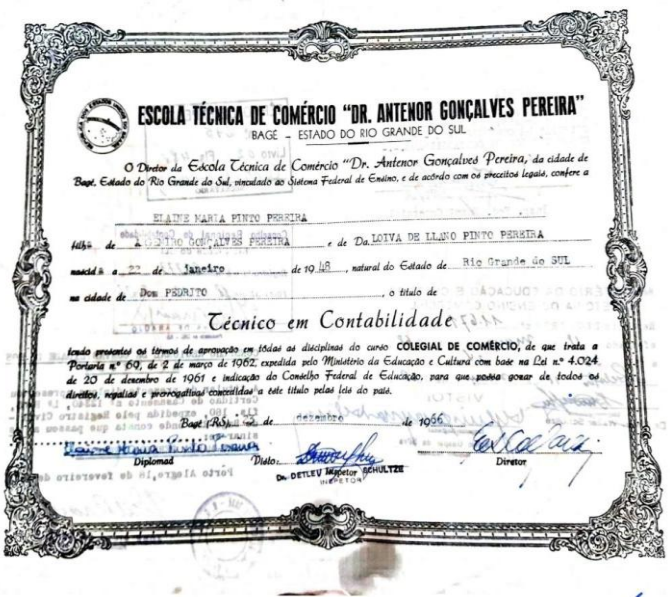
Foi efetuada anta-ontem a última apuração da sensacional Concurso Carnavalesco, organizado pela Rádio Difusora «A Voz da Bagé», sob o alto patrocínio da Cerveja Caseo Escuro, distribuída nesta cidade pela firma Jorge Manaur & Cia. Ltda., que vem se destacando nos últimos, anos pela grande animação que vem dando ao Carnaval popular da cidade.

O público organizado pela «Maior» correspondeu amplamente a expectativa, transcorrendo animadamente, findando todos os participantes bastante satisfeitos com o desenrolar do mesmo que assumiu a sensacional vitória do popular bloco

Fonte: Jornal Correio do Sul ( )

Na próxima figura está o tão esperado diploma, o qual alavancaria a carreira profissional de muitos estudantes. Este documento faz parte do arquivo pessoal da sobrinha do Dr. Antenor Gonçalves Pereira, Elaine Pereira, sendo um dos poucos documentos guardados pela família.

Figura 24: Frente do diploma da Escola Técnica do Comércio Antenor Gonçalves Pereira.



ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO "DR. ANTENOR GONÇALVES PEREIRA"

BAGÉ - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O Diretor da Escola Técnica de Comércio "Dr. Antenor Gonçalves Pereira", da cidade de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul, vinculado ao Sistema Federal de Ensino, e de acôrdo com os preceitos legais, confere a

ELAINE MARIA PINTO PEREIRA

filha de [illegible] ALVES PEREIRA e de Da. LOIVA DE LLANO PINTO PEREIRA

nascida a 22 de janeiro de 19 48, natural do Estado de Rio Grande do SUL

na cidade de Dom PEDRITO, o título de

Técnico em Contabilidade

tendo prestado os têrmos de aprovação em tôdas as disciplinas do curso COLEGIAL DE COMÉRCIO, de que trata a Portaria nº 69, de 2 de março de 1962, expedida pelo Ministério da Educação e Cultura com base na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e indicação do Conselho Federal de Educação, para que possa gozar de todos os direitos, regalias e prerrogativas concedidas a êste título pelas leis do país.

Bagé (RS), 02 de dezembro de 1966

Diplomad[illegible] Diretor

Dr. DETLEV Inspetor SCHULTZE

Fonte: Pereira (2025)

Figura 25: Verso do diploma da Escola Técnica do Comércio Antenor Gonçalves Pereira

TÊRMO DE EXPEDIÇÃO nº 495 Livro 02 Fls. 48v

Conselho Regional de Contabilidade Rio Grande do Sul Registro sob nº 20113

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA DIRETORIA DO ENSINO COMERCIAL

Registro DRC-[illegible] nº 11671

VISTO:

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RGS

APOSTILA

A fim de presente diploma apresentou Certidão de Casamento nº 12340, Lº B-68, Fls. 180, expedida pelo Registro Civil - de Bagé-RS- onde consta que passou a assinar-se: ELAINE MARIA PEREIRA PEREIRA.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 1972

Fonte: Pereira (2025).

O que se evidencia, com a explanação apresentada nesse tópico, é que o período compreendido entre as décadas de 1950 e 1970 foi marcado por profundas transformações na estrutura econômica, social e educacional do Brasil. A consolidação do processo de industrialização, o avanço da urbanização e a crescente complexificação dos setores produtivos exigiram a formação de mão de obra qualificada, tanto para atividades industriais quanto para funções administrativas, comerciais e de serviços. Nesse contexto, o ensino técnico e comercial desempenhou um papel estratégico, atuando como instrumento de desenvolvimento econômico, modernização das práticas empresariais e promoção da mobilidade social.

Durante a década de 1950, o Brasil vivenciou uma política de substituição de importações, acompanhada pela expansão do parque industrial e pelo fortalecimento dos setores de comércio e serviços. O ensino técnico e comercial se consolidou como resposta às novas demandas do mercado de trabalho, preparando profissionais aptos a desempenhar funções administrativas, contábeis e gerenciais. As escolas técnicas comerciais formavam técnicos em contabilidade, administração, comércio e secretariado, funções essenciais para o suporte operacional das empresas e dos órgãos públicos em expansão.

Além de atender às necessidades produtivas, o ensino técnico e comercial contribuiu para a interiorização do desenvolvimento econômico, especialmente nas cidades de porte médio e pequeno, onde a instalação de escolas técnicas representava uma oportunidade concreta de formação profissional e acesso ao mercado formal de trabalho. Para muitos jovens, especialmente das classes populares, o ensino técnico era uma via de ascensão social, permitindo qualificação profissional sem a necessidade de acesso imediato ao ensino superior, ainda restrito no período.

Na década de 1960, as políticas educacionais passaram a reconhecer formalmente a importância da educação técnica. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024/1961 foi um marco nesse processo, ao regulamentar o ensino industrial e comercial como modalidades legítimas e estratégicas para o desenvolvimento nacional. Esse movimento se intensificou no final da década, com o advento do regime militar, que adotou uma visão funcionalista da educação, fortemente orientada pela formação para o mercado de trabalho, culminando na Reforma do Ensino de 1971 (Lei nº 5.692), que tornou o ensino técnico-profissionalizante obrigatório no nível médio.

Os impactos desse modelo foram expressivos. De um lado, houve a expansão quantitativa do ensino técnico e comercial, com a multiplicação de instituições públicas e privadas dedicadas à formação de técnicos. De outro, consolidou-se uma visão instrumental da educação, centrada na preparação para funções operacionais e administrativas, muitas vezes em detrimento de uma formação crítica e ampla. Ainda assim, é inegável que esse processo contribuiu para a modernização da economia brasileira, para a organização dos setores produtivos e para o fortalecimento dos serviços administrativos, bancários e comerciais.

Ademais, o ensino técnico e comercial proporcionou, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960, a formação de um novo perfil de trabalhador urbano, mais preparado para lidar com as exigências da burocracia moderna, da contabilidade empresarial e da gestão administrativa. Isso teve reflexos diretos na melhoria dos processos produtivos, no aumento da produtividade e na organização das cadeias comerciais e industriais.

Por outro lado, críticas surgiram quanto à lógica dualista do sistema educacional, que destinava à população de menor renda uma formação técnica voltada ao trabalho imediato, enquanto as elites continuavam a acessar o ensino superior acadêmico. Essa divisão refletia e, em certa medida, reproduzia as desigualdades sociais do país.

Em síntese, o ensino técnico e comercial no Brasil entre 1950 e 1970 foi elemento central no processo de modernização econômica e social. Seus impactos transcenderam a esfera produtiva, influenciando a organização social, as dinâmicas de trabalho, a mobilidade social e a própria configuração do sistema educacional brasileiro. Embora marcado por contradições, esse modelo desempenhou um papel relevante na formação de quadros profissionais que sustentaram a expansão econômica e a urbanização do país no período.

Referindo-se às localidades, no caso, o município de Bagé, no contexto socioeconômico brasileiro da década de 1950, a instalação de uma escola técnica comercial representava um vetor estratégico para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região. Como mencionado, esse período histórico foi marcado por transformações estruturais no Brasil, associadas à aceleração da industrialização, à urbanização crescente e à necessidade de formação de mão de obra qualificada para atender às novas demandas do mercado de trabalho.

O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, especialmente após o governo de Getúlio Vargas, priorizou a substituição de importações, o fortalecimento do setor industrial e o desenvolvimento dos setores de comércio e serviços. Nesse cenário, as escolas técnicas comerciais emergiram como instituições fundamentais para a formação de profissionais capacitados nas áreas administrativas, contábeis, financeiras e de gestão, imprescindíveis para a sustentação dos processos produtivos e das atividades comerciais locais.

A presença de uma escola técnica comercial em uma cidade, especialmente em centros urbanos fora do eixo Rio-São Paulo, representava mais do que a oferta de

ensino profissionalizante: tratava-se de um mecanismo de interiorização do desenvolvimento e de modernização da economia regional. Por meio da capacitação de técnicos em contabilidade, administração e transações comerciais, essas instituições atendiam diretamente às necessidades das empresas, do setor público e dos empreendedores locais.

Além do impacto econômico direto, tais escolas contribuíram para a elevação do capital social da localidade. Elas viabilizaram a mobilidade social de jovens e trabalhadores que, ao adquirirem competências técnicas, ampliavam suas chances de inserção qualificada no mercado de trabalho. Isso gerava efeitos multiplicadores na renda, no consumo e na criação de novos negócios, favorecendo um ambiente propício ao desenvolvimento econômico sustentado.

Do ponto de vista educacional, a implantação de escolas técnicas comerciais refletia também a modernização das políticas públicas voltadas à educação profissional, que, até então, era concentrada em poucos centros urbanos. A década de 1950 representa, portanto, um marco na consolidação de um modelo educacional orientado para as demandas do mundo do trabalho, em sintonia com os processos de urbanização, diversificação econômica e fortalecimento das estruturas produtivas locais.

Nessa medida, uma escola técnica comercial instalada em uma localidade brasileira na década de 1950 não apenas formava profissionais especializados, mas também contribuía decisivamente para a dinamização da economia regional, para a geração de emprego e renda e para a consolidação de uma cultura de desenvolvimento associada à qualificação profissional. Seu impacto ultrapassava os muros da instituição, reverberando nos processos de modernização econômica, social e cultural da comunidade.

Assim, a fundação da Escola Técnica de Comércio no município de Bagé, em meados da década de 1950, representou um marco significativo no processo de desenvolvimento socioeconômico e educacional da região da Campanha Gaúcha. Novamente, considerando um período de intensas transformações estruturais no Brasil, caracterizado pela urbanização progressiva, pela expansão das atividades comerciais e pelo fortalecimento do setor de serviços, a criação de uma instituição voltada à formação técnica comercial emergiu como uma resposta direta às demandas locais por qualificação profissional.

Bagé, tradicionalmente vinculada às atividades agropecuárias, sobretudo à pecuária extensiva, começava a vivenciar, nas décadas de 1940 e 1950, um processo de diversificação econômica. Esse movimento exigia a ampliação dos quadros profissionais capacitados, não apenas no setor produtivo, mas, de forma crescente, nas atividades comerciais, administrativas e contábeis, fundamentais para o funcionamento de empresas, cooperativas, órgãos públicos e instituições financeiras.

A criação da Escola Técnica de Comércio, portanto, atendeu a uma necessidade latente do município e da região. Ela proporcionou acesso à educação técnica especializada para jovens e trabalhadores locais, contribuindo para a profissionalização da mão de obra, fator essencial para a modernização da economia regional. Além disso, a instituição desempenhou papel estratégico na promoção da mobilidade social, uma vez que oferecia oportunidades de formação para setores da população que, até então, tinham acesso restrito à educação de nível médio técnico.

Do ponto de vista educacional, a fundação da escola representou a consolidação de uma política de interiorização do ensino técnico no Rio Grande do Sul, acompanhando uma tendência nacional de valorização do ensino profissionalizante como instrumento de desenvolvimento econômico e social. A Escola Técnica de Comércio de Bagé se tornou, assim, referência na formação de profissionais nas áreas de contabilidade, administração e gestão comercial, suprindo carências locais e fortalecendo o tecido produtivo da região.

Ademais, a presença dessa instituição impactou diretamente na organização do setor comercial de Bagé, estimulando a formalização de negócios, a adoção de práticas contábeis modernas e a profissionalização da gestão empresarial. Seu papel não se restringiu à formação de mão de obra, mas também ao fortalecimento das práticas de gestão pública e privada, contribuindo para uma cultura local mais orientada à eficiência, ao planejamento e à inovação.

Pode-se afirmar, portanto, que a fundação da Escola Técnica de Comércio de Bagé foi um acontecimento de grande relevância para o desenvolvimento local, pois articulou educação, trabalho e desenvolvimento econômico. Sua atuação não apenas atendeu às demandas do mercado, mas também impulsionou transformações sociais, culturais e econômicas, deixando um legado duradouro na trajetória da cidade e da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se buscou demonstrar em nossa argumentação, o ensino profissionalizante no Brasil tem raízes no período colonial, mas se estruturou ao longo dos séculos com diversas reformas e políticas públicas. Durante o período colonial, a formação profissional era basicamente voltada para ofícios manuais e artesanais, ensinados por meio do sistema de aprendizes com mestres de ofício, podendo ser considerado bastante esporádico e de acesso limitado. No período seguinte, no Império, surgiram algumas escolas técnicas, como o Liceu de Artes e Ofícios, mas ainda com alcance limitado e direcionado exclusivamente às classes elitizadas. De diferentes perspectivas, pode-se afirmar que essa tendência só mudou efetivamente a partir da segunda metade do século XX.

Com a República Velha (1889-1930), o crescimento industrial gerou a necessidade de mão de obra qualificada, o que levou o governo a criar, em 1908, as Escolas de Aprendizes Artífices, voltadas para formar trabalhadores para a indústria. O país passava por um leve movimento de constituição da indústria pesada, como mineração, por exemplo, gênese do movimento desenvolvimentista que ocorreria nas próximas décadas, com efeito direto na urbanização do país.

Na Era Vargas (1930-1960), Getúlio impulsionou o ensino profissional com a criação do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, 1942) e do Sesc/Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, 1946) - Serviço social do comércio. Essas instituições foram fundamentais para qualificar trabalhadores da indústria e do comércio. De carona, Juscelino Kubistchek prometera o desenvolvimento de 20 anos do país em um intervalo de 5 anos, com construções vultuosas de rodovias, por exemplo, e indústrias de extração, o que sugeria a necessidade de diversificação produtiva, agora com a indústria de bens duráveis.

Sucessor de Juscelino foi Jânio Quadros, o qual renunciou logo no início do mandato, vindo a assumir João Goulart, com propostas de manutenção da industrialização, mas com maior teor de atenção social, o que lhe rendeu o famigerado golpe cívico-militar e respectiva violenta e assassina ditadura.

Sob a ditadura militar, a Reforma Educacional de 1971 tornou o ensino profissionalizante obrigatório no ensino médio, mas a medida enfrentou dificuldades devido à falta de estrutura e de professores qualificados. Nesse período obscuro e perdido do país, não houve atividades significativas em relação aos desenvolvimento

do ensino profissionalizante, ou de qualquer benfeitoria em defesa da educação.

Acontece em 1985 a chamada Redemocratização. Em uma sintética linha do tempo, com os principais eventos concernentes ao ensino profissionalizante, com a Constituição de 1988, o ensino profissionalizante ganhou mais autonomia e foi integrado ao ensino regular. Em 2008, o governo federal criou os Institutos Federais (IFs) para expandir o ensino técnico e tecnológico pelo país. Atualmente, além dos IFs, programas como o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) buscam ampliar o acesso à educação profissional. Dessa maneira, pode-se considerar que o ensino profissionalizante no Brasil continua evoluindo, sendo uma alternativa importante para a qualificação da mão de obra e a inserção no mercado de trabalho.

Seguindo nessa esteira, a articulação entre o ensino profissionalizante e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Brasil, é fundamental para ampliar oportunidades educacionais e de inserção no mercado de trabalho para aqueles que não tiveram acesso ao ensino regular na idade apropriada. Essa relação vem sendo fortalecida ao longo dos anos por meio de diversas políticas públicas e programas educacionais.

Como foi visto, considerando que a EJA atende jovens e adultos que não completaram a educação básica, permitindo que retomem os estudos, complementarmente, o ensino profissionalizante forma trabalhadores qualificados para diferentes setoresda economia, em uma proposta de inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, a integração entre ambos busca garantir aprendizado significativo e melhores oportunidades de emprego.

Já concernente a sua atuação educacional, o objetivo é permitir que os estudantes concluam a educação básica ao mesmo tempo em que recebem uma formação profissional, sendo necessário pontuar que, apesar dos avanços, há desafios para tornar essa articulação mais efetiva. Nesse contexto, o que se evidenciou pela pesquisa é que se deve aos contextos e às circunstâncias de cada estudante. Muitos alunos da EJA trabalham e enfrentam dificuldades para conciliar estudos e emprego, assim como nem todas as escolas e instituições possuem estrutura adequada para oferecer ensino técnico integrado à EJA. Essa conjuntura significa surgimento de barreiras, o que contribui para a evasão. Pensando também em reduzir a evasão, o ensino técnico precisa ser adequado às realidades dos estudantes da EJA, que possuem diferentes trajetórias de vida.

Em nossa pesquisa, buscou-se também evidenciar as potencialidades inclusivas do ensino profissionalizante, buscando incluir grupos historicamente marginalizados, como jovens e adultos sem escolarização formal – Programas como o Proeja permitem que estudantes concluam a Educação Básica junto com a formação técnica. Pessoas em situação de baixa renda – O Pronatec e o ensino técnico gratuito nos Institutos Federais ajudam a ampliar o acesso a cursos profissionalizantes. Mulheres em profissões técnicas – Políticas incentivam a participação feminina em áreas historicamente dominadas por homens, como tecnologia e engenharia. Moradores de áreas rurais e comunidades tradicionais – O SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) oferece capacitação específica para trabalhadores do campo.

Passando então à cidade objeto da pesquisa, Bagé, no Rio Grande do Sul, atualmente oferece diversas oportunidades de ensino profissionalizante por meio de instituições renomadas que visam capacitar a população para o mercado de trabalho.

Por exemplo, o Senac Bagé é uma instituição de destaque na oferta de cursos profissionalizantes na região. Fundado em 13 de setembro de 1946, o Senac Bagé atua nas áreas de Beleza, Comércio, Gestão, Idiomas, Informática e Saúde.

Com quase 8 mil atendimentos por ano, entre cursos EAD e presenciais em diversos níveis, além de ações extensivas, a escola ganhou pela Associação Comercial e Industrial de Bagé/RS, em 2006, a distinção empresarial pelos cursos profissionalizantes ofertados; e de 2007 a 2016 como Escola Técnica mais lembrada em Cursos Profissionalizantes. Em 2010 ganhou o Troféu Bronze, no Prêmio Qualidade RS – PQRS, o Troféu Prata, nos anos de 2011 e 2013, e o reconhecimento na Categoria Exemplaridade, em 2019. Em 2016 comemorou, juntamente com todas as unidades do Estado, a conquista do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ). No ano seguinte, celebrou o Prêmio Ibero-Americano da Qualidade. O Senac-RS foi a primeira instituição de ensino do Brasil a receber as distinções, reconhecimentos máximo à excelência. Em março de 2018, foi agraciada com o Melhores em Gestão e eleita Destaque na distinção promovida pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). Entre os diferenciais da escola estão os laboratórios de Beleza, de Enfermagem e Informática, salas personalizadas para os cursos de Idiomas e biblioteca com espaço web. O horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 7h40min às 12h e das 13h30min às 22h30min, e sábado, das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min. Instituída na mesma data de fundação do Senac-RS, adquiriu reconhecimento na cidade e área de abrangência constituída por 8 municípios atendidos.

Para ilustrar, pode-se mencionar também o IFSul – Campus Bagé, sendo outra instituição de relevância na educação profissionalizante da cidade. Oferece cursos técnicos e superiores voltados para a formação de profissionais qualificados também em diversas áreas. Como se demonstrou, tais instituições desempenham um papel importante na capacitação profissional em Bagé, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região.

Passando ao Colégio Geteco, oficialmente denominado Escola Municipal de Educação Profissional Dr. Antenor Gonçalves Pereira, tem papel na gênese do ensino profissionalizante na região e respectivo desenvolvimento. Desde sua fundação em 1957, a instituição tem se dedicado a oferecer educação técnica de qualidade, contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico e social da região. Nessa esteira histórica e contemporânea, o Geteco oferece cursos técnicos em áreas como Administração, Contabilidade e Transações Imobiliárias, preparando os alunos para atender às demandas do mercado de trabalho local e regional. Desde que se tornou uma instituição pública em 2001, o Geteco proporciona educação profissional gratuita, ampliando o acesso ao ensino técnico para diversos segmentos da população, especialmente àqueles de menor renda.

Ao formar aproximadamente 60 alunos por semestre, o Geteco insere profissionais qualificados no mercado de trabalho, impulsionando o desenvolvimento econômico e atendendo às necessidades das empresas. Com uma equipe de 21 professores e 6 servidores, a instituição garante uma educação de qualidade, focada nas necessidades e potencialidades dos estudantes.

Como foi visto, com mais de seis décadas de atuação, o Geteco consolidou-se como uma referência em ensino técnico na região, adaptando-se às mudanças e evoluções do mercado de trabalho ao longo do tempo. Em suma, o Colégio Geteco é uma peça-chave na estrutura educacional de Bagé, oferecendo oportunidades de formação técnica que capacitam os alunos para enfrentar os desafios profissionais contemporâneos e contribuindo para o progresso da comunidade local.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Edson; PADOIN, Maria Medianeira**.** A educação na formação de ideais: a atuação política e educacional de Lígia Farinha Almeida. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, e062, 2021. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/973021/1/a-educacao-na-formacao-de-ideais.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

ANDRADE, José Paulo de. **Escola Técnica de Comércio de Itabaiana***:* a formação de profissionais contabilistas (1967–1978). 2014. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/4666. Acesso em: 3 jun. 2025.

ARAÚJO, José Carlos Souza; DUARTE, Ademir Santos**.** *As escolas que construímos: a história de instituições escolares na Revista Brasileira de História da Educação*. **Revista Brasileira de História da Educação,** v. 19, e062, 2019. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/47235. Acesso em: 3 jun. 2025.

ARAÚJO, Raimundo Lenilde de; SANTOS, Maria Francineila Pinheiro dos; LEITE, Cristina Maria Costa**. Formação docente e ensino de Geografia**: reflexões e práticas. 1. ed. São Paulo: Editora X, 2021. 320 p. Disponível em: https://repositorio.editorasertaocult.com.br/index.php/omp/catalog/download/93/197/209?inline=1. Acesso em: 21 de maio 2025.

ARQUIVO DA VARIG. **FIGURA 10** - Foto do avião Curtiss C-46 prefixo PP-VCF em 1957, 1957.

ARQUIVO DA VARIG. **FIGURA 11** - Destroços da aeronave Curtiss C-46, 1957.

ARQUIVO PÚBLICO DE BAGE. **FIGURA 07** - Antenor Gonçalves Pereira, 2025.

ARQUIVO PÚBLICO DE BAGE. **FIGURA 08** - Reprodução do jornal Correio do Sul, 2025.

ARQUIVO PÚBLICO DE BAGÉ. **FIGURA 17** - Convite para o evento de inauguração, s/d.

ARQUIVO PÚBLICO DE BAGE. **FIGURA 19** - Anúncio dos serviços advocatícios de Antenor Gonçalves Pereira, s/d.

ARQUIVO PÚBLICO DE BAGÉ. **FIGURA 20** - Proposição enviada à Câmara de Vereadores de Bagé/RS, 1948.

ARQUIVO PÚBLICO DE BAGÉ. **FIGURA 22** - Certificado de aprovação em exame de admissão, com provável data de 14 de janeiro de 1953.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

BOTO, Carlota. **A escola do homem novo**: entre o Iluminismo e a Revolução. São Paulo: Unesp, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento, democracia e eficiência**: pensamento econômico e reforma do Estado. São Paulo: Editora 34, 2011. Disponível em: https://www.bresserpereira.org.br/books/crise-economica-e-reforma-do-estado-no-brasil/0000-crise-economica-e-reforma-do-estado-no-brasil.pdf Acesso em: 3 jun. 2025.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. A saúde do corpo e da alma como missão escolar: higienismo, ultramontanismo e o ensino das meninas e moças no Brasil, a partir do Serro, Minas Gerais (1904–1921). **Cadernos de História da Educação**, v. 20, e035, 2021. DOI: https://doi.org/10.14393/che-v20-2021-35.n Acesso em: 3 jun. de 2025.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. Fundamentação da história da educação brasileira: o gesto pedagógico colonial, os processos para consulta e os regimentos, séculos XVII–XVIII. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 21, e162, 2021. DOI: https://doi.org/10.4025/rbhe.v21.2021.e162. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/54705. Acesso em: 25 de maio 2025.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo**. Instituições escolares: por que e como pesquisar.** São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: https://app.utp.br/cadernosdepesquisa/pdfs/cad_pesq5/2_instituicoes_cp5.pdf. Acesso em: 5 jun. de 2025.

CANABRAVA, Nestor**. Educação profissional e ensino técnico no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985. Disponível em : https://www.ifmg.edu.br/ourobranco/nossos-cursos/profept-2/LivroProfEPT2020.pdf. Acesso em: 5 de jun. 2025.

CAVALHEIRO, Carlos Carvalho**. História da educação no Brasil**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. 256 p. ISBN 9788524900167. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/207142/2/Historia%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 5 de jun. 2025.

CAVALHEIRO, Elisabeth. **Educação profissional no Rio Grande do Sul**: percursos históricos e desafios contemporâneos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/99657. Acesso em: 6 de jun. 2025.

CHERVEL, André**.** História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, Porto Alegre: Pannonica, n. 2, p. 177–229, 1990. Disponível em: https://ppec.ufms.br/files/2020/09/A-hist%C3%B3ria-das-disciplinas-escolares-2020-09-21.pdf. Acesso em: 5 de jun. 2025.

CIAVATTA, Maria; FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Autêntica, 2005. Disponível em: https://biblioteca.ifpe.edu.br/bib/28723. Acesso em: 6 de jun. 2025.

CIAVATTA, Maria. História da Educação Profissional*:* esperanças, lutas e (in)dependências. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 23, e14776, 2023. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14776. Acesso em: 6 jun. 2025.

COLÉGIO FARROUPILHA. **História**. Disponível em: https://www.farroupilha.g12.br/novo/historia/. Acesso em: 3 jun. 2025.

COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva.** São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores). Disponível em: https://lucianazaterka.com.br/pdf/auguste-comte-obraevida.pdf. Acesso em: 6 jun. 2025.

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo.** Lisboa: Guimarães Editores, 1973. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/server/api/core/bitstreams/43ac8c49-1996-4b3a-9de7-a6fcdf9add88/content. Acesso em: 1 jun. 2025.

CONHEÇA BAGÉ. **FIGURA 04** - Castelinho - Pedras Altas, 2025.

COOPER, Harris. **Research synthesis and meta-analysis***: a step-by-step approach*. 5. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2016.

COSTA, Claudio Nascimento da. **O tecer de uma universidade justa na Amazônia pelo olhar dos graduando(a)s em situação de vulnerabilidade da UFPA**. 2024. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2024. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688. Acesso em: 5 de jun. 2025.

DA JANELA - VIAGENS E CULTURA. **FIGURA 06** – Catedral de São Sebastião – Bagé, 2023.

DIXON-WOODS, Mary *et al*. Appraising qualitative research for inclusion in systematic reviews: a quantitative and qualitative comparison of three methods. **Journal of Health Services Research & Policy**, v. 10, n. 1, p. 45–53, 2006. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17244397/. Acesso em: 2 de jun. 2025.

ESCOLA TÉCNICA DO COMÉRCIO ANTENOR GONÇALVES PEREIRA. **FIGURA 01** - Quadro de fotos da Primeira turma do curso de Contabilidade. 2025.

ESCOLA TÉCNICA DO COMÉRCIO ANTENOR GONÇALVES PEREIRA. **FIGURA 02** - Quadro com a foto de Antenor Gonçalves Pereira, 2025.

FAORO, Raymundo**. Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Globo, 2001. 2 v. ISBN 85-250-0277-1. Disponível em: https://www.robertonovaes.com.br/wp-content/uploads/2023/08/FAORO-Raymundo_Os-Donos-do-Poder.pdf. Acesso em: 20 de maio 2025.

FERES JÚNIOR, João**. Liberalismo e dominação**: o conceito de “povo” no pensamento político de John Locke*.* 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

FERREIRA, Maria de Lourdes P. **História da educação profissional no Brasil***: do* século XIX aos dias atuais. Brasília: SENAC, 2010.

FOLHETO INFORMATIVO DE ANIVERSÁRIO DE 50 ANOS DA ESCOLA. **FIGURA 14 -** Primeira reunião dos primeiros docentes, 1957.

FOLHETO INFORMATIVO DE ANIVERSÁRIO DE 50 ANOS DA ESCOLA. **FIGURA 15 -** Reunião docente de planejamento, 1957.

FONSECA, Taiza da Hora; BICA, Alessandro Carvalho**.** Lígia Farinha Almeida: a atuação política e educacional da primeira vereadora eleita no município de Bagé/RS (1947–1955). **Revista Cocar**, v. 21, n. 39, 2024. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/8849. Acesso em: 1 jun. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **A formação integrada***: a escola e o trabalho como princípios educativos*. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capital**: *o papel da educação técnica*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

GALEGO, Rita de Cássia**. Cultura escolar e formação de professores**: práticas e saberes em circulação (1930–1960*)*. Campinas: Autores Associados, 2008.

GALEGO, Rita de Cássia**. Cultura escolar e o ensino primário paulista** *(1890–1940)*. Campinas: Autores Associados, 2011.

GALVÃO, Tarcísio Ferreira; PEREIRA, Maurício Guimarães; SILVA, Maria Thereza Ávila Diniz da. **Revisões sistemáticas da literatura**: passos para sua elaboração. Epidemiologia e Serviços de Saúde, Brasília, v. 13, n. 4, p. 235–247, 2004.

GIL, Antônio Carlos**. Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. ISBN 85-224-3169-8.

GOUGH, David; OLIVER, Sandy; THOMAS, James. **An introduction to systematic reviews**. London: SAGE Publications, 2017.

GRAMSCI, Antonio**. Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce. v. 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HANNECKER, Lenir Antônio**. Ensino técnico e desenvolvimento humano:** desafios contemporâneos da formação profissional*.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.

JORNAL CORREIO DO SUL. **FIGURA 12** - Acidente aéreo que vitimou Antenor Gonçalves Pereira, 1957.

JORNAL CORREIO DO SUL. **FIGURA 13** - Imagem da expectativa em torno da Escola técnica do comércio, 1957.

JORNAL CORREIO DO SUL. **FIGURA 16** - Reportagem sobre a fundação da GETECO, 1957.

JORNAL CORREIO DO SUL. **FIGURA 18** - Evento de inauguração, 1957.

JORNAL CORREIO DO SUL. **FIGURA 23** - Anúncio à comunidade a respeito da Escola Técnica do Comércio, s/d.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./fev. 2001.

KITCHENHAM, Barbara. **Procedures for performing systematic reviews**. [*S. l.*]: Keele University, 2004. Disponível em: https://www.inf.ufsc.br/~aldo.vw/kbsc/faq-kbsc/review/kitchenham.pdf. Acesso em: 03 jun. 2025.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio integrado***:* uma proposta em construção. Brasília: SEMTEC/MEC, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 203 p. ISBN: 9788524900167. 2007.

LEMIESZEK, Luiz Fernando; GARCIA, Edson Luiz**.** Gamificação no ensino técnico de desenvolvimento de sistemas. **Revista Brasileira de Informática na Educação.** v. 28, n. 3, p. 1-20, 2020. DOI: https://doi.org/10.5753/rbie.2020.28.3.1

LIBÂNEO, José Carlos**. Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Rosiane Magalhães de; BACK, Flávia Regina; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. Contribuições da cultura escolar e da fotografia para a construção da história das instituições escolares. In: **III SIPROTEC - Seminário Integrado IFC-FURB de Educação Profissional e Tecnológica**, 2022, Blumenau. Anais [...]. Blumenau: Even3, 2022. p. 1–10. ISBN 978-65-5941-835-0. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/iiisiprotec/502495-contribuicoes-da-cultura-escolar-e-da-fotografia-para-a-construcao-da-historia-das-instituicoes-escolares Acesso em: 3 jun. 2025.

LORENZET, Deloíze; ANDREOLLA, Felipe; PALUDO, Conceição. Educação Profissional e Tecnológica (EPT): os desafios da relação trabalho-educação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 15–28, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/13522 Acesso em: 3 jun. 2025.

MOHER, David et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLOS Medicine**, v. 6, n. 7, e1000097, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097. Acesso em: 03 jun. 2025.

MORAES, Lélia**. Educação profissional e mundo do trabalho**: políticas e práticas formativas. Curitiba: Appris, 2020.

NASCIMENTO, Eliane Lúcia de. **Escolas de comércio no Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a formação profissional no início do século XX. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique de. Instituições escolares e história da educação brasileira: análise dos CBHE e do NEPHE-UFU. **Quaestio: Revista de História**, São João da Boa Vista, v. 12, n. 1, p. 1–20, 2020. Disponível em: https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3579 Acesso em: 3 jun. 2025.

NOSELLA, Paolo**. Educação e trabalho**: fundamentos ontológicos e históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NOVELLI, Gisele**. Educação profissional e cidadania**: desafios da formação técnica no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

NÓVOA, António**. Os professores e a sua formação**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 2005.

PEDRO OSÓRIO PALACETE. **FIGURA 05** - Palacete Pedro Osório – Bagé, 2023.

PEGORINI, Diana. **Educação profissional e formação docente**: políticas, práticas e identidades. Curitiba: Appris, 2018.

PELEIAS, Ivam Ricardo; PETERS, Marilene Rodrigues; SILVA, Gustavo Henrique da; HERNANDES, Paulo Fernando. **A evolução do ensino da contabilidade no Brasil**: uma análise histórica. São Paulo: Atlas, 2007.

PEREIRA. **FIGURA 25** - Verso do diploma da Escola Técnica do Comércio Antenor Gonçalves Pereira, 2025.

RAMOS, Marise. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2011.

ROMANOWSKI, Luiz Roberto; PINTO, Neuza Bertoni. Os primeiros cursos superiores de Ciências Contábeis no Brasil. **Revista Intersaberes**, v. 9, n. especial, p. 499-515, jul.-dez. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/71980832/Os_Primeiros_Cursos_Superiores_De_Ci%C3%AAncias_Cont%C3%A1beis_No_Brasil. Acesso em: 3 jun. 2025.

SÁ, Antonio Lopes de. **História geral da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, Ariovaldo dos; PEREIRA, Carlos Alberto. A adoção das IFRS e os desafios na formação do contador. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 3, p. 06–23, jul./set. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; PEREIRA, Luís Carlos. **Educação e emancipação social**: perspectivas críticas. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SESTTARI, Vanessa R. F.; SOUSA, G. J. B.; GARCÊS, T. S.; FLORÊNCIO, R. S.; MOREIRA, T. M. M.; PEREIRA, M. L. D. Mortality and survival of COVID-19: a cohort study in the Brazilian Northeast. **Epidemiology & Infection,** Cambridge, v. 148, e123, 2020. DOI: https://doi.org/10.1017/S0950268820001405. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32580809/ Acesso em: 3 jun. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim**. Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2016. 316 p. ISBN 9788524924484. 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia.** São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Cristiano Hass da. **Educação profissional e tecnológica**: desafios e perspectivas da formação humana integral. Curitiba: Appris, 2017.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. **A gênese de um espaço profissional**: a Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS (1950-1983). 2017. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/9833. Acesso em: 3 jun. 2025.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. Análise dos laços e redes de sociabilidade entre os professores da Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS. **Revista de História e Historiografia da Educação**, v. 1, n. 2, p. 222–242, 2017. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rhhe/article/view/50593. Acesso em: 3 jun. 2025.

VIDAL, Diana Gonçalves**. Cultura e práticas escolares**: perspectivas de investigação. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Paulo Renato. **Educação técnica e desenvolvimento econômico no Rio Grande do Sul**: uma análise histórica. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

VIÑAO FRAGO, Antonio**. Espaços, tempos e culturas escolares.** Campinas: Autores Associados, 2006.

VIÑAO FRAGO, Antonio. A cultura escolar como categoria histórica de análise. **Revista Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 6, p. 27–56, 1995.

WIKIPEDIA. **FIGURA 3 -** Mapa do Rio Grande do Sul com o município de Bagé em destaque, 2025.